

**Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro**  
**Programa de Pós-graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura**  
**e Sociedade (CPDA)**



**Relatório com as principais notícias divulgadas pela mídia relacionadas com a**  
**agricultura**

**Área Temática: Notícias Gerais.**

**Período de Análise: 01/09/2016 a 30/09/2016**

Mídias analisadas:

Jornal Valor Econômico  
Jornal O Globo  
Jornal Estado de São Paulo  
Sítio eletrônico do MDS  
Sítio eletrônico do MDA  
Sítio eletrônico do INCRA  
Sítio eletrônico do MAPA  
Sítio eletrônico da Agência Carta Maior  
Sítio Eletrônico do MMA  
Sítio Eletrônico da CPT  
Sítio Eletrônico da CONAB  
Sítio Eletrônico da Fetraf  
Sítio Eletrônico da MST  
Sítio Eletrônico da Contag  
Sítio Eletrônico da CNA  
Site Eletrônico da ABAG  
Carta Capital

**Estagiária: Ananda da Silveira**

## Índice:

<b>MST repudia golpe e afirma seguir na luta pela restauração da democracia brasileira.</b> Site do MST, 01/09/2016. ....	4
<b>Dia de Mercado de Grãos leva informações sobre produção e comercialização para produtores do Paraná.</b> CNA, 01/09/2016. ....	5
<b>Consumo das famílias, investimento do governo e importações pesam no PIB.</b> ABAG, 01/09/2016. ....	6
<b>Em Roraima, Safra de Soja de 2016 supera em 40% ano anterior e garante lucro de R\$90 milhões de reais.</b> CNA, 05/09/2016. ....	8
<b>Incra e Irib se reúnem para discutir regularização fundiária na faixa de fronteira.</b> INCRA, 05/09/2016. ....	10
<b>Organizações do campo ocupam Ministério do Planejamento durante Jornada Unitária.</b> FETRAF, 05/09/2016. ....	11
<b>Safra de grãos 2015/2016 terá queda de 10,3% em consequência das adversidades climáticas.</b> CNA, 06/09/2016. ....	13
<b>Organizações do campo afirmam continuidade das mobilizações após acampamento unitário.</b> FETRAF, 08/09/2016. ....	14
<b>Fetraf avalia que Jornada de Lutas foi positiva para mostrar que entidades não aceitarão retrocessos.</b> Patrícia Costa. FETRAF, 08/09/2016. ....	15
<b>Fetraf cumpre deliberação aprovada em Congresso e passa a ser CONTRAF BRASIL.</b> Patrícia Costa. FETRAF, 08/09/2016. ....	17
<b>Semana da agricultura familiar encerra com criação da CONTRAF BRASIL.</b> Patrícia Costa. FETRAF, 09/09/2016. ....	18
<b>Projeto da CNA ajuda na preservação do bioma Cerrado.</b> CNA, 09/09/2016. ....	19
<b>Governo Temer ameaça chamar de volta o Brasil para o Mapa da Fome.</b> Verônica Pragana. Site do MST, 10/09/2016. ....	20
<b>Avicultura: Simplicidade é segredo para expandir produção da proteína mais barata do mundo.</b> CNA, 12/09/2016. ....	23
<b>Cai brecha para venda de terra a estrangeiro.</b> ABAG, 12/09/2016. ....	26
<b>Pescado entra no cardápio do brasileiro: 400 mil toneladas são importadas anualmente para abastecer o mercado interno.</b> CNA, 13/09/2016. ....	27
<b>Movimentos do Campo voltam a discutir Minha Casa Minha Vida Rural no Ministério das Cidades.</b> Patrícia Costa. FETRAF, 13/09/2016. ....	29
<b>Fetape fortalecendo a educação do campo no estado.</b> CONTAG, 13/09/2016. ....	30
<b>Protesto pela Educação do campo no Brasil.</b> CONTAG, 15/09/2016. ....	32
<b>Seringais voltam a ser negócio atrativo em Minas Gerais.</b> CNA, 15/09/2016. ....	35
<b>Em 35 anos, somente 600 mil licenças ambientais foram expedidas. Como licenciar 5 milhões de propriedades rurais?</b> CNA, 15/09/2016. ....	37
<b>Renegociação de dívidas dá fôlego ao produtor para a próxima safra, diz secretário.</b> MAPA, 15/09/2016. ....	39
<b>Agricultores Familiares não vão abrir mão dos direitos conquistados.</b> Patrícia Costa. FETRAF, 16/09/2016. ....	40

<b>Educadores se posicionam contra as formas de opressão e em defesa da agroecologia.</b> Site do MST, 19/09/2016.....	40
<b>Embrapa inibe entrada de 79 espécies de pragas no Brasil.</b> ABAG, 20/09/2016. ...	42
<b>Agricultura Familiar participa do Dia Nacional de Paralisação no Brasil.</b> FETRAF, 20/09/2016.....	44
<b>Autogestão e diálogo de saberes na Escola Latino-Americana de Agroecologia.</b> Michele Torinelli. Site do MST, 20/09/2016. ....	45
<b>“Com agroecologia construiremos uma educação de qualidade para classe trabalhadora”.</b> Site do MST, 20/09/2016.....	54
<b>CRB Nacional emite nota sobre situação de presos políticos do MST.</b> Site do MST, 21/09/2016.....	55
<b>“Há uma política óbvia de apagamento da memória de que existe educação no campo”.</b> Lizely Borges. Site do MST, 21/09/2016.....	57
<b>MAB fará encontro para denunciar um ano de impunidade do crime da Samarco.</b> Site do MST, 21/09/2016. ....	60
<b>Decreto traz nova reestruturação no Ministério da Agricultura.</b> Cristiano Zaia. Valor Econômico, 21/09/2016.....	61
<b>Incra/PI capacita servidores municipais para atuar em unidades de cadastramento.</b> INCRA, 22/09/2016. ....	62
<b>Sistemas de abastecimento de água beneficiarão 2,9 mil famílias assentadas na Bahia.</b> INCRA, 22/09/2016. ....	63
<b>Incra vai utilizar Veículo Aéreo Não Tripulado para parcelar assentamentos.</b> INCRA, 23/09/2016. ....	64
<b>Campanha em Defesa do Cerrado será lançada nesta terça-feira, em Brasília.</b> Site do MST, 26/09/2016.....	65
<b>Incra capacita servidores para integração de cadastros fundiário e tributário em Belém.</b> INCRA, 27/09/2016.....	67
<b>Acordo do Clima torna urgente a busca de recursos.</b> Janice Kiss. Valor Econômico, 28/09/2016.....	68
<b>Juventude rural paranaense em ação.</b> CONTAG, 28/09/2016. ....	70
<b>Cadastro Rural: Prazo final vai até 31 de dezembro, alerta FPA.</b> ABAG, 28/09/2016.....	71
<b>Comissão Pedagógica Nacional do Pronera analisa propostas de novos cursos.</b> INCRA, 29/09/2016. ....	71
<b>“Nós temos que lutar, para defender a água, a vida e o nosso território”.</b> Site do MST, 30/09/2016.....	73
<b>Publicado decreto que transfere Secretaria de Agricultura Familiar para a Casa Civil.</b> FETRAF, 30/09/2016.....	76
<b>'Houve endeusamento do pré-sal', diz Parente.</b> Luciana Collet e Victor Aguiar. O Estado de São Paulo, 30/09/2016. ....	77

## **MST repudia golpe e afirma seguir na luta pela restauração da democracia brasileira. Site do MST, 01/09/2016.**

Em nota, o Movimento afirma que a saída para a crise política, econômica e social que vivemos é a defesa irrestrita da democracia

Em nota, MST manifesta repúdio ao golpe parlamentar – judicial- midiático instalado no Brasil e coloca a unidade do campo e cidade como fundamental no processo de luta pela restauração da democracia brasileira.

"Anunciamos que a nossa mobilização não acaba com o golpe instalado. Seguiremos em luta, organizando o povo do campo e construindo a unidade com as lutas urbanas. A restauração da democracia brasileira e as mudanças necessárias para a construção de um país mais justo e soberano serão o nosso guia para o próximo período", ressalta trecho da nota.

**Confira abaixo na íntegra.**

### **Nota do MST sobre o Impeachment da Presidenta legítima Dilma Rousseff**

Após a violação da Constituição brasileira consolidada por 61 senadores neste dia 31 de agosto de 2016, o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra vem a público manifestar seu repúdio ao golpe parlamentar – judicial- midiático instalado no Brasil.

A farsa que sustentou este processo foi desmascarada no próprio julgamento, desmontada pela defesa e pela fragilidade da acusação, e reconhecida pelo constrangimento em caçar os direitos políticos da presidenta Dilma Rousseff. Sem crimes que pudessem dar base a uma denúncia contra a presidenta, a elite econômica e política brasileira ferem gravemente o processo democrático e colocam em risco a legitimidade do voto do povo.

Coerentes com o histórico de defesa da democracia, recusamos reconhecer o governo de Michel Temer. Temos convicção de que o Impeachment não é o último ato de violação dos direitos do povo brasileiro promovido pelas elites econômicas e políticas do Brasil.

Desta

forma,

denunciamos:

1. A tentativa de entrega do Pré-Sal brasileiro, retirando a exclusividade de exploração da Petrobras.
2. A tentativa de flexibilização dos direitos trabalhistas, dos direitos previdenciários e de sucateamento do Sistema Único de Saúde.
3. A tentativa de privatização dos bens do povo brasileiro e a mercantilização das nossas terras, água e minérios para estrangeiros.
4. A completa paralisação da reforma agrária, somado a retrocessos em todas as áreas sociais, tais como educação e o desmonte do Programa Minha Casa, Minha Vida.

A saída para a crise política, econômica e social que vivemos é a defesa irrestrita da democracia. Acreditamos ser fundamental mudanças no sistema político brasileiro e defendemos a convocação de uma Constituinte Exclusiva para mudar o sistema político. É preciso garantir a inclusão do povo nos processos decisórios do país, de forma a garantir a participação popular nos temas de interesse nacional, tais como as reformas estruturantes, historicamente impedidas pela classe dominante.

Anunciamos que a nossa mobilização não acaba com o golpe instalado. Seguiremos em luta, organizando o povo do campo e construindo a unidade com as lutas urbanas. A restauração da democracia brasileira e as mudanças necessárias para a construção de um país mais justo e soberano serão o nosso guia para o próximo período.

---

**Dia de Mercado de Grãos leva informações sobre produção e comercialização para produtores do Paraná. CNA, 01/09/2016.**

**Goioerê/PR (01/09/2016)** - A Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA) promoveu, na segunda-feira, (29/08), em Goioerê, Noroeste do Paraná, o Dia de Mercado de Grãos. O evento é resultado de parceria entre a Federação da Agricultura do Estado do Paraná (FAEP) e o Sindicato Rural local. Na ocasião, informações sobre

produção, consumo, tendências econômicas, variação cambial, expectativa de preços e perfil de comercialização foram apresentadas pelo consultor Flávio França Junior, palestrante do evento.

Na expectativa do analista de mercado, a área de soja deverá ter leves incrementos para a próxima safra e a produção estimada deverá ficar acima dos 100 milhões de toneladas. Com a boa produção esperada de 110 milhões de toneladas dos Estados Unidos, os estoques deverão se manter em níveis estáveis e os preços devem se manter nos patamares de US\$ 10,00 por bushel (unidade de medida).

Também durante o encontro, o pesquisador Mauro Ozaki, do CEPEA/ESALQ/USP, apresentou estudos sobre os custos de produção agrícola no Paraná, realizados no Campo Futuro – uma iniciativa da CNA, que faz levantamento de custos nos principais estados e municípios produtores de grãos do país.

Segundo Mauro Ozaki, a safra verão garantiu rentabilidade positiva para a maioria das regiões. Em contra partida, a receita obtida com o milho safrinha não foi suficiente para cobrir os custos operacionais em todos os estados com exceção da região Oeste do Paraná. Desta forma, a rentabilidade positiva obtida com a produção de soja foi diluída para cobrir os baixos rendimentos obtidos com o milho safrinha.

Outra palestrante do evento foi a economista Tânia Moreira Alberti, do Departamento Técnico Econômico da FAEP, que abordou a participação do agronegócio no contexto da atual conjuntura econômica. “Neste momento é importante que os produtores rurais fiquem atentos ao atual cenário do mercado, que está diferente em relação ao ano passado e ao segundo semestre de 2014, principalmente no que se refere ao câmbio”, avaliou Tânia.

Segundo ela, além de ficar de olho no mercado, o produtor rural deve conhecer os custos de produção para identificar as suas melhores estratégias de comercialização, assim como os pontos de vendas mais favoráveis.

---

**Consumo das famílias, investimento do governo e importações pesam no PIB.  
ABAG, 01/09/2016.**

*Para o IBGE, a deterioração dos indicadores de emprego e renda, o acesso restrito ao crédito e a elevada taxa de juros explicam queda no consumo*

A queda de 0,6% no PIB do segundo trimestre de 2016 ante o trimestre imediatamente anterior pode ser explicada pelo consumo das famílias, que continua em queda (-0,7%); pelo consumo da administração pública, que variou -0,5% na comparação trimestral, após crescer 1,0% no primeiro trimestre; pela desaceleração nas exportações - que cresceram 0,4% no segundo trimestre após registrar 4,3% de alta no trimestre anterior - e alta nas importações, que cresceram 4,5%.

"O importante é que quem tem mais peso, que é o consumo das famílias, continua puxando pra baixo, a administração pública que também tem peso considerável trocou: crescia 1% e agora caiu 0,5%, e a importação com a exportação foi o que contribuiu mais negativamente nessa queda do PIB", explicou Rebeca Palis, coordenadora de Contas Nacionais do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Segundo Rebeca, a queda no Produto Interno Bruto (PIB) brasileiro se intensificou por conta da deterioração nos serviços. "(O PIB) Vai depender um pouco desse comportamento dos serviços, porque têm um peso imenso na economia brasileira, pesam mais de 70%. Claro que alguns serviços são atrelados à indústria. Mas tem também consumo das famílias e administração pública, que pesam", lembrou Rebeca.

A queda de 0,8% no PIB de serviços no segundo trimestre ante o primeiro trimestre do ano é a sexta taxa negativa consecutiva. Na comparação com o mesmo trimestre do ano anterior, os serviços recuaram 3,3%, completando oito trimestres de quedas. "Foi muito influenciado pela parte que tem a ver com o consumo das famílias", apontou a coordenadora do IBGE.

Rebeca lembrou que as condições do mercado de trabalho permanecem desfavoráveis, com desemprego em alta e renda em queda, enquanto que a inflação permanece em patamar elevado. As famílias diminuíram consumo de serviços no Brasil e também no exterior, o que motivou a queda nas viagens e demanda por transporte de empresas aéreas internacionais.

O consumo das famílias recuou 0,7% no segundo trimestre ante o primeiro. Na comparação com o segundo trimestre de 2015, a queda foi de 5,0%.

O consumo do governo também ajudou a derrubar os serviços. O recuo nos gastos da administração pública foi de 0,5% ante o primeiro trimestre. Em relação ao segundo trimestre do ano anterior, o consumo do governo diminuiu 2,2%, a sétima taxa negativa consecutiva. Segundo Rebeca, é possível que nem a realização das eleições municipais este ano sejam capazes de ajudar o consumo do governo, como ocorre tradicionalmente.

"A questão fiscal dos Estados e municípios deve fazer as eleições pesarem menos no PIB este ano", avaliou a coordenadora.

### **Agropecuária tem queda de 2% no trimestre**

O Produto Interno Bruto (PIB) da agropecuária caiu 2% no segundo trimestre em relação ao primeiro, segundo os dados divulgados ontem pelo IBGE. Na comparação com o segundo trimestre de 2015, o PIB da agropecuária mostrou recuo de 3,1%.

Para o presidente da **Associação Brasileira de Agronegócio (Abag)**, Luis Carlos Corrêa Carvalho, o setor foi pressionado para baixo, principalmente pela queda internacional dos preços das commodities e pelo câmbio menos atrativo. "Houve um tombo no câmbio que não estimulou (o setor)", destacou, referindo-se à depreciação do dólar. Para ele, a eventual concretização de medidas econômicas pelo governo de Michel Temer deve dar mais estabilidade ao setor no restante do ano.

---

### **Em Roraima, Safra de Soja de 2016 supera em 40% ano anterior e garante lucro de R\$90 milhões de reais. CNA, 05/09/2016.**

**Boa Vista/RR (05/09/2016)** – A colheita de soja 2016 em Roraima começou. Produtores esperam uma boa safra, plantada em 76 mil hectares e uma expectativa de lucro de aproximadamente R\$ 90 milhões de reais, segundo informações da Comissão da Colheita da Soja (CoC Soja). Os dados foram apresentados durante a cerimônia de abertura da colheita, que ocorreu na manhã deste sábado, (03/09), na Fazenda Luana Luiza, na zona rural de Boa Vista. Mais de 1.500 pessoas, entre produtores rurais, estudantes, moradores e profissionais de vários segmentos, participaram do evento, que foi marcado por varias atrações: uma simbólica colheita da semente, apresentação de show de comédia e duplas sertanejas.



De acordo com o presidente da CoC Soja, Marlon Buss, o estado tem potencial enorme para produzir mais oleaginosa. A qualidade das lavouras, que na safra de 2016 é uma das melhores da história da região, vai possibilitar que a produção do grão supere 40% da safra passada. “Hoje temos 25 mil hectares de soja. Vamos fechar 2016 com 76 mil. É um crescimento muito bom”, comemorou. E acrescenta: estamos apenas iniciando as atividades.

O presidente da Federação da Agricultura e Pecuária do Estado de Roraima, Silvio Carvalho, que também participou da solenidade de abertura, aproveitou o momento para falar sobre as qualidades da produção agrícola da região e também de sua geografia. “O estado é muito bem localizado, tem quase um milhão de hectares de cerrados, com 25 mil hectares de soja e com perspectivas de alcançar um milhão em médio prazo”, frisou.

Para ele, o grão é uma cultura viável, com uma produtividade excelente, uma vez que o estado colhe duas cultivares em um ciclo de produção de 88 dias. “Aproveito esse evento e convido a todos os produtores brasileiros para conhecerem nosso potencial da última fronteira agrícola do país. Venham investir aqui na região, vocês serão sempre bem-vindos. Estamos geograficamente bem localizados, temos terras boas, baratas e produtivas. Vocês vão gostar”.

A solenidade de abertura ocorreu na fazenda do produtor Leonir Laismann, mato grossense que veio para Roraima produzir soja. Ele disponibilizou sua propriedade para mostrar o que da terra pode-se esperar na produção de grãos no estado, e, com isso, atrair novos investidores. “Hoje tenho 1000 hectares de semente plantados e a expectativa de plantar mais 400 para a próxima safra”.

A colheita também atraiu a atenção de dois estudantes do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Roraima: Sérgio Oliveira, 17 anos, e Bruna Chaves 15 anos. Ambos os adolescentes estudam técnica agropecuária como passo inicial para ingressar no setor produtivo que tanto cresce no estado. A família de Sérgio já é do ramo, atua na pecuária. “Quero ser um grande produtor. Alçar voos mais altos que o meu pai”, contou o garoto. Já Bruna pensa em trabalhar na área administrativa e sabe que Roraima tem muitas chances de crescer. “Vivemos em prol da agropecuária aqui”, descreveu.

**Orgulho nacional** – Para o vice-presidente da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA) e presidente da Federação da Agricultura e Pecuária de Goiás (FAEG), José Mário Schreiner, Roraima vem se consolidando como um grande estado produtor de soja, com produção crescente, que mudará o cenário econômico e social da região. “O estado tem mais luz por estar acima do Equador. Tem o mesmo período de produção que os Estados Unidos, tem água, terra e boas condições climáticas”. No entanto, observou ele, ainda existem alguns gargalos, tais como: a regularização fundiária, zoneamento agroclimático, energia elétrica. “Desafios que também não são diferentes de toda a agricultura de um modo geral e que podem ser vencidos”.

Schreiner também frisou a necessidade de as autoridades olharem diferenciadamente para a concessão do crédito rural na região, por sua peculiaridade. Ele explica: “Aqui o plantio é de abril a maio, diferente do resto do Brasil, que é de outubro a dezembro. O regime de chuva também se difere. Questões que devem ser avaliadas e levadas em conta pelo governo na hora de avaliar a liberação do crédito rural”. E finalizou: “Apesar de todas essas questões, a sociedade roraimense e das outras regiões brasileira já podem se orgulhar da nossa agropecuária, o setor que garante a maior entrada de recursos para o país”.

---

### **Incra e Irib se reúnem para discutir regularização fundiária na faixa de fronteira. INCRA, 05/09/2016.**

Nesta segunda-feira (05), o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra), por meio da Diretoria de Ordenamento da Estrutura Fundiária, reuniu-se na sede da autarquia em Brasília com o Instituto de Registro Imobiliário do Brasil (Irib). O objetivo do encontro foi aprofundar o relacionamento entre as duas entidades e preparar ações de nivelamento sobre a [Lei 13.178/2015](#), que dispõe sobre a regularização fundiária de imóveis rurais localizados em faixa de fronteira.

Participaram do encontro pelo Incra o diretor de Ordenamento da Estrutura Fundiária, Rogério Arantes, o coordenador-geral de Cadastro Rural, Paulo Aparecido Farinha, e o coordenador-geral de Regularização Fundiária, Stanislau Antônio Lopes. Pelo Irib, esteve presente presidente da entidade, João Pedro Lamana Paiva.

Durante o encontro, o diretor do Incra avaliou que a autarquia, o Irib, a Associação dos Notários e Registradores do Brasil (Anoreg) e a Confederação Nacional da Agricultura (CNA) avançaram bastante e estão consonantes sobre a importância da Lei 13.178/15. Arantes ressaltou a necessidade de massificar a comunicação junto aos proprietários de imóveis rurais localizados em faixa de fronteira e sobre a importância de efetivarem a regularização de suas terras juntos aos cartórios de registro imobiliário.

Já o presidente do Irib destacou os avanços que o novo arranjo legal proporciona. “Atuando de forma conjunta, os cartórios de registro de imóveis e o Incra podem disseminar a informação de que a regularização já pode ser efetivada”, atestou Lamana Paiva, que acredita que a ação conjunta aumentaria o índice de terras regularizadas.

### **Decreto**

Outro ponto destacado foi o consenso de elaboração de uma proposta de decreto para objetivar o processo, identificando as etapas necessárias e responsabilidades de diversos órgãos e entidades para normatizar o procedimento de regularização. De acordo com o coordenador-geral de Regularização Fundiária do Incra, a medida vai deixar claro as etapas e procedimentos dos órgãos envolvidos, o que vai agilizar o procedimento.

---

### **Organizações do campo ocupam Ministério do Planejamento durante Jornada Unitária. FETRAF, 05/09/2016.**

*A questão agrária é a pauta principal da jornada, como a reivindicação de assentamento imediato das mais de 120 mil famílias acampadas em todo o País.*

Cerca de 2 mil pessoas ocuparam na madrugada de hoje (5) o Ministério do Planejamento, na Esplanada dos Ministérios, no Distrito Federal. A ação faz parte da Jornada de Lutas Unitária dos Trabalhadores e Trabalhadoras e Povos do Campo, das Águas e das Florestas, organizada por movimentos sociais e sindicais, que acontece em todos os estados do País, com grande concentração em Brasília, entre os dias 5 a 7 de setembro.

As atividades da Jornada de Lutas Unitária estarão concentradas neste local, onde já está sendo montando um acampamento que durará até o dia 7, quando os manifestantes também se integrarão às ações do Grito dos Excluídos.

A questão agrária é a pauta principal da jornada, como a reivindicação de assentamento imediato das mais de 120 mil famílias acampadas em todo o País. A revogação da lei que permite a venda indiscriminada de terras para estrangeiros é outra pauta que ameaça a soberania nacional. Os movimentos não aceitam a revogação desta lei. A defesa da produção de alimentos saudáveis e de políticas de transição para a agroecologia são também alguns dos destaques da pauta de reivindicações. Outro ponto é relacionado ao desenvolvimento e infraestrutura no campo, como o fortalecimento de programas estruturantes, assistência técnica e demais programas que garantem a produção da agricultura familiar e camponesa.

A reforma da previdência, apresentada pelo governo ilegítimo de Michel Temer traz a perda de muitos direitos para trabalhadoras e trabalhadores, como a equiparação da idade de aposentadoria entre homens, mulheres e trabalhadores do campo e da cidade. A medida é contestada pelos movimentos que defendem uma Previdência garantidora de direitos. O enfrentamento à criminalização dos movimentos sociais e a defesa da demarcação de terras indígenas e quilombolas também serão debatidos.

Entre as pautas da Jornada Nacional de Lutas também está a defesa do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA). As organizações exigem a restituição do Ministério extinto por Temer, mas sobretudo sua capacidade e condições de operacionalizar as políticas públicas de direito e fundamentais para a dignidade da vida no campo, nas águas e nas florestas.

A Jornada é realizada por organizações do campo unitário, como o MST – Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, MPA – Movimento dos Pequenos Agricultores, MMC – Movimento de Mulheres Camponesas, MAB – Movimento dos Atingidos por Barragens, MAM – Movimento pela Soberania Popular na Mineração, Contag – Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura, Fetraf – Federação Nacional dos Trabalhadores e Trabalhadoras na Agricultura Familiar, MCP – Movimento Camponês Popular, coletivos, e comissões pastorais.

---

**Safra de grãos 2015/2016 terá queda de 10,3% em consequência das adversidades climáticas. CNA, 06/09/2016.**

**Brasília (06/09/2016)** - A safra brasileira de grãos 2015/2016 será de 186,4 milhões de toneladas, 23,9 milhões de toneladas a menos em comparação com os números divulgados em fevereiro deste ano pela Companhia Nacional de Abastecimento (Conab). Comunicado Técnico da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil, com base nos números da Conab divulgados nesta terça-feira (06/09), mostra que a queda na safra de grãos foi provocada principalmente pelos problemas climáticos provocados pelo fenômeno El Niño que afetou as regiões produtoras de milho, arroz, soja e algodão.

Diante das adversidades climáticas, em particular a falta de chuvas, a produção de grãos na safra 2015/2016 sofrerá redução de 10,3% em comparação com o período anterior, 2014/2015. Os números da Conab mostram que a área plantada será de 58,3 milhões de hectares, aumento de 0,7% em comparação com os números da safra de grãos de 2014/2015.

A soja continua liderando a produção de grãos, com 57% da área cultivada do país, com aumento de 3,6%: de 32,1 milhões de hectares, em 2014/2015, para 33,2 milhões de hectares na safra atual. Mesmo assim, devido ainda aos problemas climáticos decorrentes do El Niño, a produção total de soja no país, na atual safra, será de 95,4 milhões de toneladas, queda de 0,83% em relação à safra 2014/2015.

As adversidades climáticas foram particularmente graves, por exemplo, na produção de milho segunda safra. Os dados da Conab indicam que a safra de milho verão teve redução de 12,2% na área plantada, em comparação com o período 2014/2015, queda provocada também pela forte concorrência da soja. A escassez de chuvas na região Centro-Oeste afetou o milho safrinha com perdas de 30%, em Mato Grosso, 24% no Mato Grosso do Sul e outros 40% em Goiás.

---

## **Organizações do campo afirmam continuidade das mobilizações após acampamento unitário. FETRAF, 08/09/2016.**

*Apesar dos movimentos sentarem com vários ministérios e órgãos, não houve, de forma concreta, encaminhamentos.*

Com a participação no 22º Grito dos Excluídos, a Jornada Unitária dos Povos do Campo, das Águas e das Florestas encerra as atividades do acampamento unitário, realizado entre os dias 5 a 7 de setembro em Brasília. Ao todo, foram 13 estados mobilizados por meio de ocupações de terras, prédios públicos e marchas realizadas por uma ampla unidade dos movimentos sociais do campo.

“A conjuntura de ameaça aos direitos dos povos do campo, das águas e das florestas nos exige a construção da unidade. Todas as conquistas que obtivermos no próximo período será mérito da nossa unidade. A ordem é seguirmos mobilizados até que a democracia seja restaurada e os nossos direitos garantidos”, afirma Alexandre Conceição, integrante do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra.

De acordo com Alessandra Lunas, da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG), a jornada de lutas foi o início das lutas que ainda estão por vir. “Inauguramos este acampamento, mostrando ao governo golpista a nossa unidade e nossa capacidade de luta permanente, o recado já está dado agora ele sabe o que vai enfrentar”, conclui.

Para Anderson Amaro, da coordenação nacional do Movimento dos Pequenos Agricultores, a jornada reforçou a unidade no campo, “a jornada foi fundamental para dar o tom ao governo do que eles irão enfrentar. A unidade é fundamental para fazer frente a onde de perdas de direitos que estamos sofrendo. Só uma sólida articulação barrará isso” enfatiza Amaro.

A questão agrária é a pauta principal dos movimentos sociais que atuam em unidade. Entre as reivindicações, está o assentamento imediato das mais de 120 mil famílias acampadas em todo o país, a revogação da lei que permite a venda indiscriminada de

terras para estrangeiros, a defesa da produção de alimentos saudáveis e de políticas de transição para a agroecologia.

"O governo não demonstra intensão de fortalecimento da agricultura familiar e camponesa, como também da reforma agrária. Isso remete à necessidade para os próximos dias de continuarmos mobilizados, firmes, e imbuídos de muita garra e determinação, para que consigamos, efetivamente, fazer com que nossas reivindicações sejam atendidas", avalia Marcos Rochinski, coordenador geral da Fetraf Brasil.

Outro ponto trata do desenvolvimento e infraestrutura no campo, como o fortalecimento de programas estruturantes, assistência técnica e demais programas que garantem a produção da agricultura familiar e camponesa.

As organizações ainda denunciam a ameaça aos direitos previdenciários e trabalhistas, a criminalização dos movimentos populares e, principalmente, o golpe à democracia após a violação da Constituição brasileira pelo Congresso Nacional e pela elite econômica e política do país que levou Michel Temer à Presidência da República.

---

**Fetraf avalia que Jornada de Lutas foi positiva para mostrar que entidades não aceitarão retrocessos. Patrícia Costa. FETRAF, 08/09/2016.**

*Foram três dias de intensa ações desde ocupações e marchas em todo o Brasil pelo avanço das políticas agrárias*

A Jornada Unitária dos Povos do Campo, das Águas e das Florestas foi de intensa luta na defesa dos direitos conquistados e reivindicações de avanço nas políticas agrárias. Durante três dias os movimentos do campo realizaram ocupações e marchas em 13 estados e no Distrito Federal.

**As principais reivindicações tratam:**

- A defesa da Soberania; para barrar definitivamente qualquer medida que coloque em risco a soberania territorial do nosso país, pois o governo federal pretende aprovar leis

que flexibilizam completamente a venda de terras brasileiras para estrangeiros, a exemplo do Projeto de Lei 4059/2012 que tramita em regime de urgência;

- Defesa do MDA forte para concretizar a reforma agrária e fortalecer as políticas para a Agricultura Familiar e Camponesa;
- Assentamento imediato das famílias acampadas, com desapropriação dos latifúndios e das terras que não cumprem a função socioambiental;
- Demarcação de terras indígenas e quilombolas;
- Contra o Bloqueio da Reforma Agrária;
- A liberação de recursos suficientes e a revisão das normas restritivas, assegurando a regularização do acesso dos trabalhadores e trabalhadoras, especialmente, ao PRONERA, ATES, Terra forte, PAA, PNAE e Programa Minha Casa Minha Vida;
- Contra a Reforma da Previdência;
- Contra o retrocesso de direitos para as mulheres;
- Contra a Criminalização dos Movimentos Sociais;
- Pelo direito à alimentação saudável;

“Foi positivo mostrarmos ao governo nossas demandas e a importância dos movimentos enquanto entidades representativas da sociedade, que lutam pelos avanços sociais. Como resultado, tivemos várias audiências com o debate de assuntos emergenciais como a reforma agrária, o crédito e a recriação do MDA como ministério centralizador e coordenador das políticas para agricultura familiar e do campo”, destaca Lázaro Bento, coordenador de gestão e finanças da Fertaf Brasil.

O último dia de jornada culminou com o Grito dos Excluídos, que acontece sempre no dia 7 de setembro, Dia da Independência do Brasil. Cerca de 10 mil pessoas participaram do ato em Brasília, sendo que a manifestação ocorreu em todo o país.

“A jornada foi a demonstração, clara, de que não iremos aceitar nenhum retrocesso e nenhum direito a menos. Enquanto organizações, fizemos nossa parte em abriremos a possibilidade de dialogar e negociar, porém até o momento o governo não demonstra intensão de fortalecimento da agricultura familiar e camponesa, como também da reforma agrária. Isso, remete a necessidade para os próximos dias de continuarmos mobilizados, firmes, e imbuídos de muita garra e determinação, para que consigamos efetivamente pautar o governo e fazer com que nossas reivindicações sejam atendidas”, avaliou Marcos Rochinski, coordenador geral da Fertaf Brasil.



**Fetraf cumpre deliberação aprovada em Congresso e passa a ser CONTRAF BRASIL. Patrícia Costa. FETRAF, 08/09/2016.**

*A Federação Nacional dos Trabalhadores e Trabalhadoras na Agricultura Familiar do Brasil (Fetraf Brasil), passa agora a ser e atuar legalmente como confederação*

A Federação Nacional dos Trabalhadores e Trabalhadoras na Agricultura Familiar do Brasil (Fetraf Brasil), passa agora a ser e atuar legalmente como confederação, e assumindo o nome Confederação Nacional dos Trabalhadores e Trabalhadoras da Agricultura Familiar (CONTRAF BRASIL).

A mudança cumpre a deliberação aprovada pelos delegados, sindicatos e federações estaduais, durante o IV Congresso Nacional dos Trabalhadores e Trabalhadoras na Agricultura Familiar do Brasil, que ocorreu em maio deste ano, 2016, com objetivo estratégico de fortalecimento da agricultura familiar e de disputa de projeto de desenvolvimento rural.

Acompanhando a evolução natural das lutas e ansiedades da categoria, a mudança faz parte de um processo de construção para avançar nas políticas públicas agrárias com um sistema sindical que garanta unidade e, ao mesmo tempo, autonomia nos diversos níveis organizativos (municipal e/ou microrregional, estadual e nacional), implicando na efetivação de um sistema confederativo.

O sistema CONTRAF BRASIL é formado pelo conjunto dessas organizações e instâncias sindicais, que são autônomas, mas que assumem um perfil ideológico e de princípios comuns claramente definidos, respeitando-se a diversidade social, econômica, cultural e étnica existente na agricultura familiar brasileira.

Com um ousado passo na organização sindical a CONTRAF BRASIL continua a defender a agricultura familiar e pelo desenvolvimento e soberania alimentar. Os eixos temáticos de ação, mobilização e lutas seguem na construção da:

1. **GARANTIA DE ACESSO À TERRA E DE NELA PERMANECER**
2. **PRODUÇÃO E RENDA PARA A AGRICULTURA FAMILIAR**
3. **PRESERVAÇÃO DO MEIO AMBIENTE E DA BIODIVERSIDADE, ARTICULADA À DEMOCRATIZAÇÃO DO ACESSO À ÁGUA E À INFRAESTRUTURA HÍDRICA**
4. **RESPEITO À DIFERENÇA E À DIVERSIDADE DO SEMIÁRIDO**
5. **VALORIZAÇÃO E INCLUSÃO PRODUTIVA DAS MULHERES AGRICULTORAS**
6. **VALORIZAÇÃO E INCLUSÃO PRODUTIVA DA JUVENTUDE RURAL**
7. **EDUCAÇÃO**
8. **HABITAÇÃO RURAL**
9. **PREVIDÊNCIA SOCIAL RURAL**
10. **SAÚDE**
11. **DIREITO À LIBERDADE DE ORGANIZAÇÃO SINDICAL**

**Semana da agricultura familiar encerra com criação da CONTRAF BRASIL.  
Patrícia Costa. FETRAF,09/09/2016.**

*Jornada de Lutas Unitária do Campo e criação da Contraf Brasil representam avanços para o movimento dos agricultores familiares*

A semana do dia 5 a 9 de setembro foi marcada por atos políticos da categoria da agricultura familiar com movimentos do campo em uma Jornada de Lutas Unitária e da criação da Confederação Nacional dos Trabalhadores e Trabalhadoras da Agricultura Familiar (Contraf Brasil).

O coordenador geral da Contraf Brasil, Marcos Rochinski, fechou a semana com o comentário sobre estes dois momentos importantes para a organização e defesa dos direitos da agricultura familiar. “Os dois momentos retratam a nossa capacidade organizativa, em que apenas 11 anos, no contexto nacional, nos tornamos uma das

principais entidades representativas da agricultura familiar, que são reconhecidas para além do movimento, ou seja, sociedade e governo”, explica Rochinski.

---

### **Projeto da CNA ajuda na preservação do bioma Cerrado. CNA, 09/09/2016.**

**Brasília (09/09/2016)** – Com uma área de aproximadamente 203 milhões de hectares, o cerrado é o segundo maior bioma brasileiro, menor apenas que a Amazônia. Com mais da metade de sua área mantida com vegetação original, o bioma se espalha entre os estados de Goiás, Tocantins, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Minas Gerais, Bahia, Maranhão, Piauí e Distrito Federal. Neste domingo (11/09) é comemorado o Dia do Cerrado.

Estima-se que mais de 40% das espécies de plantas lenhosas sejam endêmicas, ou seja, ocorrem apenas na região. A vegetação do cerrado é constituída por árvores baixas, inclinadas e de tronco retorcido. Isso ocorre pela falta de água durante o seu crescimento, provocada pelo regime de chuvas que são abundantes no verão, para em seguida e entrar em período de estiagem por cerca de seis meses. Pelo seu clima variado, entre o subtropical e o tropical, com temperaturas mais amenas nas regiões de altitude, a região do cerrado admite o cultivo de diversas espécies de culturas agrícolas.

Com o objetivo de proteger, recuperar áreas degradadas e promover o uso sustentável do solo do cerrado, a Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA) e a Embrapa desenvolveram o projeto Biomás, componente Cerrado. O projeto promove a inserção de árvores nas propriedades rurais, gerando proteção ambiental com aumento de renda dos produtores. A área experimental do Biomás Cerrado está situada em uma propriedade rural próxima a Brasília (DF), aonde são avaliadas 97 espécies nativas de vegetais, cerca de 20 mil árvores e 521 mil sementes plantadas.

Inicialmente, foram destinados 35 hectares para o plantio das árvores. Porém, com o interesse que tem despertado, o espaço foi ampliado para mais de 70 hectares. Em quase quatro anos de atividades, o projeto envolve 40 pesquisadores de diversas instituições. Além disso, alunos destas instituições têm colaborado com a implantação de 23 subprojetos em áreas de preservação permanente, reserva legal e em sistemas de produção.

Segundo o coordenador do projeto Biomas Cerrado e pesquisador da Embrapa Cerrados, José Felipe Ribeiro, “o projeto tem sido muito importante, pois está testando e disponibilizando diferentes estratégias para o produtor rural, inclusive para aqueles com passivo ambiental”. Para a próxima estação chuvosa, está previsto o plantio de mais outro meio milhão de sementes.

---

**Governo Temer ameaça chamar de volta o Brasil para o Mapa da Fome. Verônica Pragana. Site do MST, 10/09/2016.**

“No Semiárido, a sociedade civil e a democracia venceram a fome e a sede, transformando-a numa região produtora de alimentos”

Há quase 2 anos, a Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura (FAO) anunciou em Roma um feito de imensa repercussão social no Brasil: a saída do país do Mapa da Fome. Segundo a ONU, no intervalo de 2002 a 2013, a cada 100 pessoas subalimentadas, 82 delas passaram a acessar alimentos para saciar sua fome. Assim, o percentual de brasileiros e brasileiras em situação de subalimentação foi para menos de 5% da população do país.

Para além dos números, essa situação é bem visível na região semiárida brasileira, que representa 18,2% do território nacional e concentrava, em 2011, 50% das pessoas em situação de miséria mapeadas pelo programa Brasil Sem Miséria do governo Dilma Rousseff. Hoje, muitas famílias da região conjugam num passado não muito distante a expressão passar fome. Um tempo que eles demarcam não pelos anos ou décadas, mas pelas gestões dos governantes à frente do país.

“Antes do governo Lula e Dilma, havia muitos saques no Mercantil [mercado da região]. Era muito difícil conseguir alimento. Tinha que ir pras frentes de serviço em troca de um saco de feijão que nem cozinhava”, conta dona Antônia Valdira Coelho, que vive no assentamento Menino Jesus, situado nos municípios de Chorozinho e Cascavel, na região metropolitana de Fortaleza já na parte semiárida do Ceará. “Antes, era uma raridade comer carne. Hoje, comemos bem. Estamos no céu”, enfatiza ela.

A vizinha de dona Valdira, Maria da Glória Santos da Silva, nem dá cabimento para lembrar o período da fome. A sua boca só anuncia os alimentos produzidos no seu

quintal: “Acerola, manga, caju, seriguela, ata, banana, limão, graviola, mexerica, cheiro verde, pimentão, alface, tomate, pimentão”. E ainda tem as criações de porco e galinha. “O que nos salva é que a gente tá podendo plantar mesmo com cinco anos sem chuva, porque se fosse comprar não daria por causa da inflação. A gente está aprendendo a plantar e tirar produção a partir dos conhecimentos que os técnicos do Cetra e do Esplar dão”, diz ela fazendo referência às organizações da sociedade civil que fazem parte da Articulação Semiárido Brasileiro (ASA).

Seu Expedito Jacobina, da comunidade Água Suja, na zona rural de Jacobina do Piauí, também não dá muito espaço para falar dos tempos tristes da fome. Desde 2013, ele armazena a água de produção da cisterna-calçadão. Nestes últimos três anos, inseridos num período de forte estiagem, ele passou a produzir macaxeira, batata e mamão sem parar. “A manga e a pinha tá florindo”, orgulha-se ele, que também cria ovino, abelha e galinha. A carne para consumo da família, ele não compra. “Quanto mais a gente puder produzir para consumo, a gente já está no lucro. Vai comprar um pacote de arroz... é R\$ 6,00. Pra muitas pessoas é complicado”, diz ele que além de trabalhar na roça é funcionário de uma escola pública municipal.

“No início da década de 1980, havia no Semiárido um quadro de fome, de crianças morrendo. No início da década de 1990, [existiam] situações críticas pela não garantia do direito à água. A região passou por uma mudança radical dos anos 2000 pra cá, com a participação ativa da sociedade, organizada na ASA, e com políticas que garantiram direitos. A sociedade civil e a democracia venceram a fome e a sede no Semiárido. Uma região tida como uma região de fome e miséria passou a ser uma região produtora de alimentos em vários territórios. Não podemos retroceder”, assegura Denis Monteiro, secretário executivo da Articulação Nacional de Agroecologia (ANA).

Um viés da estratégia de combate à fome construída desde o governo Lula e mantida nas gestões de Dilma foi estimular a produção de alimentos pela população vulnerável que vive na zona rural do país. Segundo o Relatório de Insegurança Alimentar no Mundo, publicado pela FAO em 2014, o fomento à produção agrícola articulado com as políticas de proteção social foram fundamentais para a saída do Brasil do Mapa da Fome. Essa estratégia foi sustentada pela priorização da agenda de Segurança Alimentar e Nutricional (SAN) a partir de 2003 pelos governos federais e por mecanismos de

participação da sociedade civil nas políticas públicas que convergiam para esse resultado, como a política de convivência com o Semiárido.

E o que dizer agora desta estratégia diante de um governo que não visa a proteção social da população mais vulnerável e anuncia constantes medidas que ferem direitos já conquistados?

“Nós estamos vivendo, em grande medida, momento de um estado de exceção. Infelizmente, não temos como dizer que temos políticas asseguradas. O governo Temer já demonstrou que ele é capaz de desconstruir direitos mesmo aqueles que estão assegurados na Constituição de 1988. O risco de retrocesso é enorme. Agora, nos últimos anos, não foram criados não só leis, mas também espaços que a sociedade teve oportunidade de participar ativamente para construir estas políticas. O Consea [Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional], um exemplo neste sentido, foi recriado pelo governo Lula e tem um papel importantíssimo na construção de leis promotoras do direito humano à alimentação e na construção de políticas públicas, como por exemplo, as políticas voltadas para o Semiárido. É um espaço que continua vigente. Esperamos que este espaço continue tendo um protagonismo com a participação ativa da sociedade civil na cobrança e na defesa dos direitos e das obrigações do estado”, adverte Denis.

Conselheira do Consea, Elza Braga, diz que para enfrentar a fome é preciso enfrentar a pobreza, que é um quadro dotado de complexidade. “Pra melhorar os indicadores da segurança alimentar tem que ter uma conjugação de ações, não só a água, mas o PAA [Programa de Aquisição de Alimentos], o Pronaf [Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar], a economia solidária, toda política voltada para os assentamentos, educação alimentar, é uma série de medidas além das políticas de aumento de renda – bolsa família e aumento do salário mínimo”, assegura ela que também é professora da Universidade Federal do Ceará.

Segundo a professora, a tática do governo Temer para negar direitos não se concretizará só através da redução de recursos, mas através da alteração na metodologia de algumas políticas para “subtrair o protagonismo e a participação da sociedade civil. Porque fica mais fácil retomar as relações clientelistas que perpassam as relações políticas no Brasil, especialmente, no Nordeste e Norte. É um cenário muito preocupante”, dispara Elza.

O que a conselheira do Consea prevê já acontece no Semiárido quando o governo Temer envia os recursos, que deveriam ser investidos na região, para a Codevasf, o DNOCS, governos estaduais. “[Essa opção] nada mais é do que voltar a ideia de injetar os recursos onde tem os apadrinhados políticos”, diz Alexandre Pires, coordenador executivo da ASA Brasil pelo estado de Pernambuco e coordenador do Centro Sabiá, referindo-se aos R\$ 700 milhões direcionados para o DNOCS.

Segundo ele, quando os governos Lula e Dilma decidiram dialogar com a sociedade civil, por meio da ASA, para pensar numa forma participativa de construir o projeto de convivência com o Semiárido, tirou das mãos de vereadores, prefeitos e governadores a barganha política e isso fortaleceu a sociedade civil na participação de construção de um projeto político para o Semiárido.

“O que nós construímos ao longo dos anos, no âmbito da participação da sociedade civil, na construção deste projeto de convivência com o Semiárido, o foco estava na necessidade das famílias e não no interesse político-eleitoral, que compromete a eficiência e a eficácia de qualquer iniciativa de promoção da segurança alimentar e a melhoria de suas condições de vida”, assegura Alexandre.

Para a professora Elza, é lastimável que exista uma ameaça de ruptura do governo Temer com a ASA. “A Articulação fez um trabalho muito bom porque incidiu não só na política da água, mas também de produção de alimentos, de incentivo aos quintais produtivos, às feiras, à agroecologia. A gente sabe que falar de segurança alimentar e nutricional é falar de alimentação saudável. E a ASA fez esse meio de campo de articular essas políticas e incentivar o associativismo, que é fundamental para que as populações vulneráveis tenham políticas que atendam às necessidades das famílias. Construir um país democrático passa, necessariamente, pela afirmação de direitos que as populações têm. E a gente quer um país forte, democrático e soberano.”

---

**Avicultura: Simplicidade é segredo para expandir produção da proteína mais barata do mundo. CNA, 12/09/2016.**

**Sidrolândia / Mato Grosso do Sul (12/09/2016)** - “Enquanto existir ser humano, existirá avicultura, pois estamos falando da proteína mais barata do mundo. No Brasil, se consome 43 quilos per capita por ano, enquanto o mundo come menos de 20 quilos”. A afirmação é do entusiasta e produtor, Valmor Ceratto, que há mais de três décadas é avicultor no interior do Paraná e ministrou palestra ‘Gestão de Custos e Mão de Obra das Granjas’, no IV Encontro Técnico da Avicultura, em Sidrolândia, na última sexta, 09 de setembro. O evento foi realizado pelo Sistema Famasul – Federação da Agricultura e Pecuária de MS e a Avimasul – Associação dos Avicultores Integrados de MS e contou com a presença de mais de 250 pessoas.

Quando o assunto é técnico, o produtor sugere que se aplique o que ele chama de ‘princípio do quarto da gente’. “Diferente da maioria das granjas, que possui lona ou paredes escuras, o ideal é ter paredes brancas para refletir melhor a luz e cuidar da vedação, que é o detalhe mais importante do galpão. Saber quantos frangos foram abatidos, quantos quilos rendeu, por semana, mês e ano, ter o controle total de custos e lucros. Tudo isso permite entender o crescimento ou baixas em determinados momentos”, ressalta.

A atividade mais tecnicizada do agro passa por constante evolução, mas a voz da experiência de Ceratto aposta que alguns simples ‘caprichos’ devem ser priorizados. “O setor se renova, mas atitudes simples ainda são as que mais geram resultados. Temos que pensar no bem-estar animal, mas também no conforto humano. Uma dica é a proximidade entre a casa e o galpão, ter plantas ao redor da granja além da limpeza do local e a aproximação entre o proprietário e os trabalhadores rurais”, explica Ceratto.

“Quando se fala em otimização dos recursos naturais, nenhum outro setor alcançou os indicadores que o frango conseguiu. Na região Centro-Oeste, mais especificamente em Mato Grosso do Sul, observamos que a expansão deste setor está associada a produção de grãos em abundância. O desafio é harmonizar a relação contratual entre produtor e agroindústria, tomando como base a sanção da lei de integração que começou a valer em maio”, explica o assessor técnico da Comissão Nacional de Aves e Suínos da CNA, Victor Miguel Ayres.

Por falar em Novo Marco Legal dos Contratos de Integração, os instrumentos da Lei 13.288/2016 também foram debatidos no Encontro”. A palestra ministrada pelo consultor jurídico da CNA, Thiago Moreira de Carvalho, destacou a transparência dos contratos. “Antes existia o desequilíbrio entre o poder do produtor e da agroindústria e a



falta de clareza. Agora temos instrumentos que vão garantir a segurança para os ambos os lados e a contratação segue a mesma regra de sempre, deve ser escrito, claro, preciso e lógico”, conclui Carvalho.

A programação do Encontro Técnico de Avicultura teve também a palestra do especialista em saúde animal, Paulo Roberto Pelissaro, que falou sobre ‘Impacto da Influenza Aviária no Comércio Internacional de Aves. Em seguida, o assistente técnico do COBB, empresa de genética avícola para frangos de corte, Guilherme Seelente, abordou o tema ‘Ações de manejo para melhorar os resultados de frango’. O evento foi promovido pelo Sistema Famasul e pela Avimasul – Associação dos Avicultores de MS e teve a participação de produtores e profissionais do segmento avícola e foi prestigiado por lideranças políticas e rurais.

### **Avicultores do Estado participaram do evento que abordou os principais temas do setor**

“A busca pelo conhecimento, por parte dos avicultores de Mato Grosso do Sul, demonstra o profissionalismo do setor produtivo e o resultado é a melhora da produtividade e da qualidade”. A afirmação foi feita pelo presidente do Sistema Famasul – Federação da Agricultura e Pecuária de MS, Mauricio Saito, durante a abertura do 4º Encontro Técnico da Avicultura, realizado nessa sexta-feira (09), em Sidrolândia.

O evento, promovido pelo Sistema FAMASUL e pela Avimasul – Associação dos Avicultores de Mato Grosso do Sul, contou com a participação de mais de 250 pessoas, entre produtores e profissionais do segmento avícola e foi prestigiado por lideranças políticas e rurais. “O consumo per capita da carne de frango é de 45 quilos ao ano, sendo a principal fonte de proteína animal do nosso País”, afirmou Saito que acrescentou que o município é o principal produtor de aves de Mato Grosso do Sul, com rebanho de 6,4 milhões de aves.

O presidente da Avimasul, Adroaldo Hoffmann, parabenizou os produtores e as caravanas do interior do estado que participaram do evento. “Para estar aqui hoje, nós sabemos que os senhores deixaram suas atividades para se dedicarem à melhoria da produção por meio da informação e conhecimento. Observado o potencial da produção de grãos e o crescimento na produção de proteína animal da carne de frango, reforçamos

a necessidade de incentivos no setor da avicultura para que a nossa atividade seja ainda mais competitiva”.

---

### **Cai brecha para venda de terra a estrangeiro. ABAG, 12/09/2016.**

*Decisão do STF afeta SP; ao mesmo tempo, projeto de lei que autoriza a comercialização de áreas rurais em todos os estados tramita no Congresso em caráter de urgência.*

A decisão do Supremo Tribunal Federal (STF), concedida na última semana, de restringir as vendas de áreas rurais localizadas em São Paulo para companhias de capital estrangeiro é mais um ingrediente para sacudir as discussões sobre o tema, previstas para o Congresso Nacional.

Estrategicamente bem posicionado na logística de exportação, o estado era o único do País com permissão para transacionar terras agrícolas a empresas nacionais de capital internacional, em sua maioria. A medida era fruto do Parecer 461/2012-E, expedido em dezembro de 2012, pela Corregedoria Geral da Justiça do Estado de São Paulo (CGJ-SP), e foi derrubada pelo ministro Marco Aurélio, do Supremo - uma decisão proferida por ação ajuizada entre o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) e a União.

"Eu entendo que ele [Marco Aurélio] não quer que haja uma distinção entre o que foi definido pela AGU [Advocacia Geral da União], no âmbito federal, e a regulação aplicada aos estados", explica o presidente da Sociedade Rural Brasil (SRB), Gustavo Diniz Junqueira, mentor da ação que solicita liberação na venda de terras a estrangeiros em todo o País.

Os quase quatro anos em que a decisão do jurídico paulista ficou em vigor garantiram tempo suficiente para que transações tenham se consolidado, afirma o executivo, sem citar casos específicos de aquisição.

O chefe do departamento econômico da Federação da Agricultura do Estado de São Paulo (Faesp), Cláudio Brisolara, lembra que, antigamente, não havia distinção sobre o

controle das empresas investidoras. Desde que a companhia fosse nacional, era permitida a compra de terras agrícolas, mesmo que os majoritários fossem do exterior.

Tanto o ministro da Agricultura, Blairo Maggi, quanto o presidente Michel Temer já se mostraram declaradamente interessados em modificar as atuais regras do jogo. Hoje (12), o presidente da Frente Parlamentar da Agropecuária (FPA), deputado federal Marcos Montes (PSD-MG) dará sequência à Comissão Especial que está sendo formada para tratar do tema. "As indicações já começaram. Vamos trabalhar para avançar com isso e levar para a plenária", disse o parlamentar ao DCI.

Atualmente, o Projeto de Lei 4.059/12, do qual Montes foi relator, tramita no Congresso em caráter de urgência.

"Continuamos defendendo que é importante que seja liberada terra para investimento estrangeiro, a visão da AGU é equivocada, tem um fundo ideológico", enfatiza Junqueira.

Em linha com a atual gestão federal, para o setor, a abertura deste tipo de operação, segundo a SRB, pode facilitar a captação de investimento no País e colaborar com o processo de retomada na economia.

### **Entenda**

Uma lei de 1971 restringe as negociações, mas foi a partir de 2010 que um parecer da AGU foi chancelado pelo então presidente Luiz Inácio Lula da Silva, no qual a limitação de venda se aplicaria também a empresas nacionais que tivessem capital majoritariamente estrangeiro.

---

**Pescado entra no cardápio do brasileiro: 400 mil toneladas são importadas anualmente para abastecer o mercado interno. CNA, 13/09/2016.**

**Brasília (13/09/2016)** – Até pouco tempo, o pescado tinha data para frequentar a mesa dos brasileiros: Semana Santa e Natal. Isto vem mudando rapidamente. A produção interna não é suficiente para atender o consumo da população e, atualmente, 400 mil toneladas de peixe são importadas por ano, para completar as exigências da demanda. A

Organização Mundial da Saúde (OMS) recomenda que cada pessoa ingira 12 quilos de peixe por ano, entretanto, o consumo brasileiro per capita anual é de apenas nove quilos. Marcela Alves segue a risca a recomendação da OMS. Em sua casa, o pescado é servido duas vezes na semana e, às vezes, se come até mais. “Adoro frutos do mar. Peixe, então, nem se fala. Acho mais saudável e mais leve. Não como mais, por causa do preço e porque gosto dos produtos mais frescos, e nem sempre os acho no supermercado”, comenta a funcionária pública.

O peixe é rico em vitaminas, minerais, sódio, potássio, ferro, magnésio e cálcio, e são fontes de vitaminas do complexo B. Seu consumo regular age no controle da pressão arterial, colabora com a coagulação do sangue e auxilia na proteção da pele dos raios UV, recomendam os nutricionistas.

O aumento do consumo do pescado por parte dos brasileiros é motivo de comemoração para os produtores, as indústrias e para o governo federal. Todos investem para que o mercado interno aumente e vire autossustentável. Atualmente, a produção nacional chega apenas a 1,2 milhões de toneladas, por ano, o que não atende a demanda interna. Por isso, o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa) criou há 13 anos, junto com a Associação Brasileira de Supermercados (Abras), a Semana do Peixe, como forma de incentivar o consumo do produto entre os brasileiros. Para este ano, a campanha tem o mote “Peixe é saboroso, saudável e sustentável”.

Segundo a assessora técnica das Comissões Nacionais de Pesca e de Aquicultura da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA), Lilian Figueiredo, a Semana do Peixe é mais uma oportunidade para que o produtor consiga conscientizar o consumidor sobre as propriedades do pescado, uma proteína muito versátil, com atributos como sabor, textura e formas de preparo, que variam em cada região do país.

Para o secretário-executivo da Associação Brasileira da Piscicultura (Peixe-BR), **Francisco Medeiros (foto acima)**, o aumento do consumo de pescado é positivo também para a melhoria da saúde da população: ele é rico em proteínas de alto valor nutritivo, tem menos gordura e menos calorias, entre outras vantagens. No entanto, ressalta, nos mostra que é preciso maior atenção das autoridades na questão da produção, uma vez que ela continua sendo deficitária. “Ainda temos muito gargalos, não apenas na produção, mas também no processamento e na comercialização”, explica.

O secretário-executivo, que também é piscicultor, observa que faltam equipamentos adequados, técnicas de manejos, infraestrutura, campanhas de consumo, técnicas de produção, além dos entraves burocráticos como licenças ambientais, fundamentais para o aumento da produção. “A produção de pescado no Brasil ainda é pequena, mas temos todo o potencial para crescer e sermos autossustentáveis e exportadores”, afirma.

**Mercado** – De acordo com dados da Abras, é esperado um crescimento de até 25% nas vendas na Semana do Peixe. O comércio, de 2010 até 2015, registrou incremento nominal de 137% no acumulado do período.

---

### **Movimentos do Campo voltam a discutir Minha Casa Minha Vida Rural no Ministério das Cidades. Patrícia Costa. FETRAF, 13/09/2016.**

O encontro é resultado das reivindicações da Jornada de Lutas Unitária do Campo, ocorrido entre os dias 5 a 7 de setembro.

Lideranças dos movimentos do campo e da agricultura familiar se reúnem na tarde desta terça-feira 13.09 com a secretária nacional de habitação, Maria Henriqueta, para dar continuidade as discussões sobre o programa Minha Casa Minha Vida Rural. O encontro é resultado das reivindicações da Jornada de Lutas Unitária do Campo, ocorrido entre os dias 5 a 7 de setembro.

Na última mesa de negociações entre governo e movimentos não houve avanço nas políticas de habitação para os trabalhadores e trabalhadoras do campo e agricultores familiares. Segundo o ministro, Bruno Araújo, o governo não irá contratar novas unidades para o setor com o argumento da crise econômica. Porém, o ministro Bruno Araújo, já havia anunciado a construção de 40 mil novas unidades, ainda este ano, para o programa, deixando a categoria rural fora do benefício.

Outro problema que ameaça os movimentos do campo, é a exclusão dos movimentos nos Grupos de Trabalho (GTs), que funcionam como espaços de participação social na construção das políticas públicas. “Queremos que o governo reconheça a importância da participação dos GTs com os movimentos na construção das políticas públicas para habitação. Desde o início do programa tivemos esse espaço e nossa contribuição foi de suma importância para avançarmos nessa política. Não é justo, depois de anos, o

governo descartar todo o nosso trabalho e desconsiderar tudo o que construímos”, pontuou o coordenador geral da CONTRAF BRASIL Marcos Rochinski, durante a última reunião.

Hoje, a reunião acontece as 14h no Ministério das Cidades com as lideranças dos movimentos do campo que reivindicam:

**1 - Contrações do G1 para 2016 ainda.**

**2 - Retomada do GT de Habitação Rural.**

**3 - Revisão das portarias 235 e 172**

**4 - Rever a questão do Cadastro Nacional de Mutuários (CADMUT) e FGTS dos beneficiários que foram inscritos e/ou contemplados com reformas e que ficaram de fora do programa Minha Casa Minha Vida Rural.**

---

#### **Fetape fortalecendo a educação do campo no estado. CONTAG, 13/09/2016.**

“Educação do Campo: Direito Nosso, Dever do Estado!” Foi com esse grito que os cerca de 190 educadores e educadoras que trabalham no Programa de Educação de Jovens e Adultos (EJA Campo) – Ensinos Fundamental e Médio encerraram a mística de abertura do Encontro de Formação coordenado pela Fetape, em parceria com os Sindicatos dos Trabalhadores e das Trabalhadoras Rurais e com a Secretaria de Educação do Estado de Pernambuco, no Centro Social Euclides Nascimento, em Carpina, que começou ontem e segue até esta quarta-feira (14).

Após a cerimônia de abertura, que contou com representantes da Fetape, do Instituto Manoel Santos e da Gerência de Educação do Campo do Estado, os/as participantes puderam conferir uma Mostra Pedagógica das produções dos/as estudantes das 65 turmas que estão sob a coordenação da Federação, em 23 municípios, distribuídos entre as regiões Agreste e Sertão de Pernambuco. A exposição norteará a discussão sobre a importância do currículo integrado, um dos temas da formação.

A Mostra é uma oportunidade para que seja percebida a importância da construção do conhecimento, a partir de eixos temáticos que dialogam com a realidade do homem e da mulher do campo, envolvendo Linguagens, Ciências Humanas, Ciências da Natureza e Matemática. Conteúdos escolares que possibilitam uma aprendizagem significativa.

Para o vice-presidente e coordenador do Setor de Políticas Sociais da Fetape, Paulo Roberto, há uma

necessidade permanente de formação com os educadores que estão em sala de aula com mais de 1.600 alunos. “Nós assumimos um desafio de, a cada seis meses, realizar formações a fim de aprimorar a prática pedagógica, da melhor forma possível, buscando garantir um aprendizado, com uma linguagem que seja compreensível para os educandos”, afirma.

Nessa construção, o dirigente reconhece a importância da parceria com a Secretaria Estadual de Educação, por meio da Gerência de Educação do Campo, para que esse processo formativo possa avançar ainda mais, e que as estruturas possam estar à altura das necessidades da educação do campo no estado.

“Pernambuco procura as instituições do campo que são parceiras, que atendem as populações do campo ligadas a luta pela terra, para esse processo de discussão e de construção dessa política pública estadual. Hoje, nós temos 1100 pessoas, entre professores e técnicos, envolvidos em todo o processo educacional e pedagógico. Além de 458 turmas de educação do campo, distribuídas nas três regiões do estado”, comenta o gerente de Educação do Campo, Jailson Santos.

Todos/as sabemos que a educação transforma a vida de qualquer indivíduo. Porém, quando falamos em educação do campo, essa transformação ocorre a todo o momento. Que o diga o professor da área de Ciências da Natureza Tádio Lúcio dos Santos Rodrigues, do município de São José do Egito, no Sertão do Pajeú. Ele, que trabalha com duas turmas do Programa EJA Campo, na zona rural, há três anos e meio, destaca que o Programa tem elevado a autoestima do homem e da mulher do campo. “Já presenciei alunos diagnosticados com depressão e que melhoraram profundamente depois que começaram a participar das aulas. Eles se sentem pertencendo a um meio, se sentem valorizados e isso eu avalio que seja o conjunto de metodologias do Programa”, analisa.

Para Tádio, o Programa oferece uma oportunidade que o município não tem: trabalhar com educação a partir da realidade do aluno. Com isso, o nível de presença em sala de aula é de 100%.

Já a professora do Ensino Fundamental Rossana Monteiro de Souza, do município de Bom Conselho, localizado no Agreste Meridional, ensina uma turma com 19 alunos/as, na comunidade Cachoeira do Pinto. Há dez anos, trabalha no campo com escola regular, mas há quatro está no Programa EJA Campo.

“A turma que eu trabalho é muito ativa politicamente. Opina, compreende o processo político pelo

qual a gente está passando e isso foi uma construção, porque uns já tinham essa clareza e outros não. Com isso, eles vão tendo consciência da realidade em que eles vivem e vão percebendo, aos poucos, que não é necessário sair do campo para ter uma vida digna”, avalia Rossana.

Em Pernambuco, a Fetape atende, aproximadamente, 1600 educandos/as entre trabalhadores/as rurais e agricultores/as familiares, com idades que variam de 20 a 72 anos.

## **O Programa**

Desenvolvido pelo Governo Federal em parceria com o Governo do Estado, o Programa EJA Campo tem por objetivo elevar a escolaridade de jovens e adultos em consonância com um projeto de desenvolvimento sustentável do campo.

A EJA Campo nasce a partir da organização e da luta dos Movimentos Sociais do Campo, quando reivindicam a Política Pública de Educação do Campo e, a partir dessa pauta, o Decreto Presidencial nº 7352/2010, do governo federal institui o Programa Nacional de Educação do Campo - PRONACAMPO, que marca o início da implementação da educação do campo como política pública.

O Movimento Sindical Rural, formado pela Contag, Fetape e Sindicatos dos Trabalhadores e das Trabalhadoras Rurais, está firme na luta pelo direito dos povos do campo a terem uma educação que dialogue com sua realidade e seus interesses.

---

## **Protesto pela Educação do campo no Brasil. CONTAG, 15/09/2016.**

Após o Lançamento da Campanha “Educação não é Mercadoria”, na Câmara dos Deputados, mais de 140 pessoas que participam do Encontro Nacional dos Cursos de Licenciatura em Educação do Campo, que vai até esta sexta-feira(16 de setembro), no CESIR CONTAG, realizaram grande Ato de protesto pela atual conjuntura da educação do campo no Brasil, em frente ao prédio do Ministério da Educação(MEC).

Na pauta as(os) manifestantes denunciaram a falta de recursos para os Cursos de Licenciatura em Educação do Campo; a suspensão das bolsas de estudos dos docentes do Curso; o não reconhecimento



do Curso nos concursos públicos realizados por prefeituras em todo o País; e a necessidade urgente da institucionalização das Licenciaturas em Educação do Campo, como uma política pública.

Um dos momentos que marcaram o Ato em frente ao MEC foi quando as pessoas queimaram um documento, representando a PEC 241, que trata do congelamento por 20 anos dos gastos voltados às políticas sociais do Brasil, a exemplo da educação e saúde.

E não parou por aí! Elas(es), ainda protestaram contra a privatização da Educação Pública e o fechamento das escolas do campo.

“É um golpe contra os direitos e conquistas sociais. Estamos reunindo força para fazer a luta em unidade com todas as organizações sociais. Um exemplo foi a audiência pública que realizamos hoje com o lançamento da campanha: “Educação não é Mercadoria”, que teve a presença de representantes de 38 Universidades que têm o Curso de Licenciatura em Educação do Campo e também o Ato em frente ao MEC na tarde de hoje(15). Todas essas ações demarcam nossa firmeza e articulação unitária nacional em defesa da educação dos povos do campo, floresta e das águas. A gente continua resistindo a toda repressão e ameaça de criminalização dos movimentos sociais, implantadas pelo governo Temer. Temos tido a capacidade de ocupar os Ministérios, fazer atos de protesto para manifestar o desmonte que o atual governo vem fazendo para acabar avanços já conquistados”, denunciou o secretário de Políticas Sociais da CONTAG, José Wilson Gonçalves, que participa ativamente do Encontro Nacional dos Cursos de Licenciatura em Educação do Campo e também compareceu a Audiência de lançamento da Campanha “Educação não é Mercadoria”, na Câmara dos Deputados.

Vale destacar que o Encontro Nacional dos Cursos de Licenciatura em Educação do Campo tem como objetivo discutir a atual situação e o futuro dos Cursos de Licenciatura do Campo, com a presença de representantes de 38 Cursos de Licenciatura em Educação do Campo, entre os quais estão professores(as), coordenadores(as), representantes de movimentos sociais e estudantes.

## **PROGRAMAÇÃO ENCONTRO NAC. CURSOS DE LICENCIATURA**

O Encontro que é promovido pelo Fórum Nacional de Educação do Campo (FONEC), segue até esta sexta-feira (16), com importantes mesas de debate. Na manhã de quarta aconteceu uma mesa de balanço da Conjuntura Política e Educacional no País e perspectivas da Educação do Campo, com a

deputada Federal pelo PT - DF, Erica Kokay e o coordenador da Campanha Nacional pelo Direito à Educação, Daniel Cara. Na tarde de quarta foi a vez da mesa: Cenário atual das Licenciaturas em Educação do Campo no País, com a professora Mônica Molina da UnB.

A manhã da quinta-feira(15) aconteceu ainda pela manhã a AUDIÊNCIA PÚBLICA - Lançamento da Campanha “Educação é Direito. Não é mercadoria”, na Comissão de Direitos Humanos da Câmara dos Deputados. A tarde foi feita uma Jornada Turístico-Cultural Praça dos Três Poderes e Esplanada dos Ministérios. A noite de quinta, foi marcada pelo lançamento do Livro: Identidade e Cultura dos povos do Campo no Brasil – Entre preconceito e Resistencia qual o papel da Educação, de Raquel Alves de Carvalho.

Nesta sexta-feira(16) será apresentada a síntese dos debates e propostas/estratégias construídas para ação e aprovado o Documento do Encontro em Plenária.

## **DEPOIMENTOS**

Presente no Encontro, a professora da Universidade de Brasília (UNB), Eliene Novaes, destaca alguns desafios para avançar na garantia do direito à Formação de Professores(as) dentro da Universidade.

“Temos em cada Universidade uma situação diferente. Separamos em três grandes blocos: uma é a questão financeira, que a questão de recursos para manutenção desses cursos, a condição de continuarem funcionando na relação com o MEC e com a Universidade; outro são a questões administrativas, que têm haver com o reconhecimento dos Cursos, com implementação e consolidação dos mesmos; um terceiro ponto, são as questões pedagógicas, que primam pela garantia de um processo de formação que assegure os princípios da educação do campo. Esses desafios estão congregados nestes três grandes eixos que desafiam a Universidade organizar para que os Cursos continuem em funcionamento para garantir a formação dos(as) professores(as)”, ressalta a professora da Universidade de Brasília (UNB), Eliene Novaes.

Já a educanda do Curso de Licenciatura em Educação do Campo, da UFRJ, Janaína, compartilha os desafios em continuar o Curso.

“Viemos aqui para socializar sobre o atual cenário de dificuldades que estamos enfrentando. Na

minha Universidade retiraram o direito de uma bolsa de 400 reais que tínhamos, tem gente que só se mantém com essa bolsa. É lamentável”, denuncia a estudante.

O Encontro também é um espaço para que os movimentos sociais se fortaleçam para garantir que direito à Educação do Campo, permaneça no Brasil.

“Partindo dessa convicção de luta permanente, em que a educação se faz necessária, é que os movimentos se colocam nesse Encontro para problematizar, mas também se colocar junto pra gente se fortalecer e unificarmos a luta pela Educação do Campo daqui pra frente”, ressalta a integrante do MST, Maria Rezende.

---

### **Seringais voltam a ser negócio atrativo em Minas Gerais. CNA, 15/09/2016.**

**Belo Horizonte / Minas Gerais (15/09/2016)** - Ela é originária da Amazônia, só que foi na África e Ásia que a seringueira, com o seu látex, ganhou o mundo. No século XIX as sementes foram levadas pelos ingleses para as colônias britânicas, e dali para superar a produção brasileira e exportar o produto para todo o planeta.

O consumo mundial de borracha sofreu com a crise imobiliária dos Estados Unidos em 2008 e a crise financeira da Zona do Euro. No Brasil, somado à falta de expansão e de investimentos na heveicultura (cultivo da seringueira), hoje o país fabrica menos da metade da borracha que consome, cerca de 35% - o restante é importado da Ásia. Por outro lado, a boa notícia é que muitos produtores perceberam que esta é uma lacuna a ser preenchida.

“A perspectiva é que em 2021 a produção e consumo se equiparem no país, isso devido à expansão da cultura em vários estados. Além disso, vamos entrar em fase de renovação dos seringais e isso vai abrir espaço para que novos produtores pensem em investir em heveicultura”, explica Henrique Frederico Santos, engenheiro agrônomo e instrutor de cursos do SENAR MINAS (Serviço Nacional de Aprendizagem Rural).

Conforme os últimos dados apurados, em 2014, Minas Gerais ocupa o 4º lugar na produção nacional de borracha, respondendo por 7% das 320 mil toneladas produzidas no país por ano, explica a analista de Agronegócios da Assessoria Técnica da FAEMG

(Federação da Agricultura e Pecuária de Minas Gerais), Ana Carolina Alves Gomes. Ela acrescenta que estes dados ainda apontam que as principais regiões produtoras do estado são Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba, respondendo por 93% da produção estadual.

### **Necessidade de capacitação**

Com a expansão das lavouras, outro problema tem afetado quem trabalha com a seringueira: a falta de colaboradores experientes e treinados. Segundo Henrique Frederico, a mão de obra qualificada é um gargalo na heveicultura, pois quase todo trabalho é manual. Além disso, a sangria representa 50% dos custos de produção.

“A qualificação de mão de obra é o meio de suprir a falta dela. Exemplo disso é que geralmente um sangrador inexperiente consegue fazer 400 plantas por dia, já um qualificado pode chegar a 1000 árvores/dia com facilidade. Uma pessoa que não sabe executar o trabalho pode ferir o painel de sangria, abrindo porta de entrada para doenças comprometendo a produtividade. Além disso, o consumo excessivo de casca diminui a vida útil da planta, então, a capacitação é fundamental no cultivo.”

Para atender essa demanda crescente, o SENAR tem um curso específico para os trabalhadores da sangria, pode ser de 24 horas (3 dias de aperfeiçoamento) ou 40 horas (para iniciantes). Apenas na regional de Uberaba do SENAR serão quatro cursos em três semanas e, em Campina Verde, o Sindicato Rural tem demanda para ainda mais.

### **Perspectivas**

Exemplo desta ampliação é Amador Borges Macedo, que tem uma lavoura plantada em sua propriedade, aguardando o tempo da sangria. O trabalhador rural que hoje opera trator não vê a hora tirar o sustento de suas próprias seringueiras. “Em setembro eu já posso começar a abrir os painéis e sangrar o meu plantel, que tem 2.700 pés - com isso espero trabalhar e ter ganho a mais com a minha fazenda. Com o curso, consigo fazer a retirada do látex sozinho e estou bem preparado para trabalhar na lavoura.”

Após análise de mercado, a família Munari, que já tem propriedade no interior de São Paulo produzindo seis mil pés, resolveu investir na região do Triângulo Mineiro – com isso, adquiriram nova propriedade em Campina Verde. Foram plantadas cinco mil mudas a cada ano e hoje eles possuem 120 mil árvores. Com tanto serviço pela frente e a mão de obra em falta, colaboradores vieram de novos estados para suprir a demanda, e o treinamento do SENAR MINAS completou o ciclo.

O empresário rural Marco Antônio de Figueiredo Munari também participou da capacitação. Mesmo tendo algum conhecimento da sangria, ele deseja saber como cobrar a execução do trabalho dos colaboradores para que o trabalho seja perfeito. “Inclusive já repassei para eles que a sangria na nossa lavoura não vai ser paga apenas por produtividade, mas também pela qualidade do painel e da sangria e eles serão bonificados.”

“É de extrema importância quando o produtor acompanha o curso. Com a qualificação, ele conseguirá vislumbrar as perspectivas da mão de obra contratada, fazendo um acompanhamento mais técnico no dia a dia. Ele chegou sem conhecimentos específicos e está saindo com outra bagagem, e isso faz toda diferença, porque produtor e funcionários crescem juntos”, completa o instrutor Henrique Frederico Santos.

---

### **Em 35 anos, somente 600 mil licenças ambientais foram expedidas. Como licenciar 5 milhões de propriedades rurais? CNA, 15/09/2016.**

**Brasília (15/09/16)** – A Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável da Câmara dos Deputados, em Brasília, realizou, nesta terça-feira (13/09) o seminário “Licenciamento Ambiental e Estudo de Impacto Ambiental para Obras Públicas e Privadas”. O objetivo do evento foi ampliar o debate sobre a PEC 65/12, que tramita no Congresso e assegura a continuidade de obras públicas após a concessão da licença ambiental. Entretanto, a proposta não é consenso entre várias entidades e ambientalistas.

A PEC 65/12, proposta pelo senador Acir Gurgacz (PDT/RO), prevê que a apresentação de um Estudo de Impacto Ambiental (EIA) seja suficiente para evitar que obras de infraestrutura sejam canceladas. A PEC descarta a exigência do licenciamento ambiental ao apontar que não será permitida a suspensão de obra ou seu cancelamento após a apresentação do protocolo do estudo prévio de impacto ambiental (EIA).

Segundo o presidente da Comissão Nacional de Meio Ambiente da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA), Roberto Justus, um projeto não é suficiente para autorizar um empreendimento. A Constituição exige um estudo de impacto ambiental no caso de obras potencialmente causadores de significativa degradação ao

meio ambiente. “A CNA é contra a PEC 65. Ela representa um grito de alerta para aqueles que querem investir no setor, além de inaceitável, o instrumento aumentará os problemas que o setor já enfrenta”, frisou Justus.

Para o presidente, o objetivo de ter uma lei geral de licenciamento é manter nas mãos dos órgãos ambientais, e não do judiciário, a definição sobre se um empreendimento pode prosseguir ou não. “Hoje, ainda contamos com a judicialização para resolver as questões. Precisamos de uma lei clara que esclareça, definitivamente, qual o procedimento mais adequado para o setor produtivo”, explicou.

Em relação ao setor agropecuário, Rodrigo Justus explicou a importância do uso da terra, do solo, do clima, para a continuidade da atividade dos produtores rurais. Segundo ele, muitos apontam o setor como responsável pelas questões ambientais mal resolvidas. “E isso não é real. Não somos contra a aplicação das normas ambientais, pelo contrário, estamos respeitando-as”, salientou. E acrescentou: “Esta atividade, que hoje representa o maior capital da economia nacional, atua segundo disposto na Lei de Política Agrícola, que é extremamente ampla, e abrange todas as atividades de produção animal, vegetal, piscicultura, produção de insumos, entre outros”.

Hoje, observou Justus, o País tem 5 milhões de estabelecimentos rurais ativos e apenas 600 mil licenças ambientais expedidas em 35 anos. “Se formos expedir 3 milhões de licenças, nós demoraríamos mais ou menos 150 anos”, prevê. Para o presidente da Comissão, é uma situação que só ocorre no Brasil, nenhum país do mundo licencia produção de alimento. “Este enquadramento proposto representará um colapso na produção. Os órgãos ambientais não têm condição de atender à demanda dos próprios produtores e atualmente nem conseguem atender aos licenciamentos ordinários”, comentou.

O presidente da Comissão da CNA destacou a necessidade de que as autoridades busquem uma solução contemplando todos. Justus informou que o setor agrícola cumpre outorgas de recursos hídricos, respeita o código florestal, enfim, segue um conjunto de regras. “O licenciamento que se aplica ao setor de indústrias não se aplica ao setor rural, pois num ano o produtor pode estar plantado feijão e no outro criando gado, ou qualquer outra atividade”.

De acordo com ele, a atividade agropecuária é um conceito extremamente amplo e parte dela merece estar dentro de um sistema de licenciamento. “O produtor rural é obrigado a cumprir toda uma legislação pública vigente, obedecendo a vários instrumentos na Política Nacional do Meio Ambiente. Todos esses procedimentos vêm garantindo que o produtor rural alcance o desenvolvimento sustentável de sua atividade, garantindo oferta permanente de alimentos para nosso abastecimento e para a exportação”, finalizou.

---

### **Renegociação de dívidas dá fôlego ao produtor para a próxima safra, diz secretário. MAPA, 15/09/2016.**

Medida beneficia agricultores com perdas de safra no CO, ES e Matopiba

O Conselho Monetário Nacional (CMN) aprovou, nessa quarta-feira (14), a renegociação de dívidas de produtores do Centro-Oeste, Espírito Santo e da região do Matopiba (Maranhão, Tocantins, Piauí e Bahia). “A medida dá fôlego ao produtor para honrar seus compromissos e obter novos recursos para a próxima safra”, diz o secretário de Política Agrícola do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, Neri Geller.

Os produtores têm dificuldade de pagar suas dívidas com as instituições financeiras por causa das perdas na safra 2015/2016, provocadas principalmente pela seca. Segundo o secretário, a renegociação atendeu à reivindicação do setor produtivo junto ao governo.

No Espírito Santo, a medida contempla as dívidas de custeio e investimento na cultura do café. Na região do Matopiba, a renegociação vale para todas as culturas, nas duas modalidades de financiamento. No Centro-Oeste, também se destina a todas as lavouras, mas apenas para os débitos de investimento.

A renegociação só pode ser feita nos municípios onde tenha sido decretada situação de emergência ou estado de calamidade pública, por causa de seca ou estiagem, a partir de 1º de janeiro de 2015 no Espírito Santo; e a partir de 1º de outubro do ano passado nos outros estados contemplados.

---

**Agricultores Familiares não vão abrir mão dos direitos conquistados. Patrícia Costa. FETRAF, 16/09/2016.**

O caminho a ser trilhado pelos movimentos sociais, como a CONTRAF BRASIL, é de lutar para garantir a continuidade e manutenção das políticas públicas de desenvolvimento e inclusão.

Com uma semana intensa de mesas de debates e negociações, a CONTRAF BRASIL reitera a resistência em não aceitar nenhum retrocesso nos direitos já conquistados dos trabalhadores e trabalhadoras e dos agricultores e agricultoras familiares do País. *(Escute na íntegra o balanço da semana por Marcos Rochinski, coordenador geral da CONTRAF BRASIL)*

O caminho a ser trilhado pelos movimentos sociais, como a CONTRAF BRASIL, é de lutar para garantir a continuidade e manutenção das políticas públicas de desenvolvimento e inclusão. Essa semana a CONTRAF passou por várias negociações com o governo e tratou em especial das discussões sobre habitação rural, seguridade social e espaços democráticos de participação popular.

“Há um sentimento de indignação sobre as propostas que o governo apresenta como a reforma da previdência social, que não leva em consideração o trabalho diferenciado do agricultor familiar. O governo também se nega as contratações na habitação rural e faz promessas para 2017, mas não elabora nenhuma portaria garantindo a continuidade das políticas agrárias”, comenta o coordenador geral da CONTRAF BRASIL, Marcos Rochinski.

Ainda, esta semana os movimentos sociais tiveram reuniões que trataram sobre sua permanência no Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável e Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional. “A retomada desses espaços é importante para mostrarmos nossa resistência e garantir o que já conquistamos, como também reafirmar nosso mote que é Nenhum Direito a Menos e Nenhuma Retrocesso”, frisou Marcos.

---

**Educadores se posicionam contra as formas de opressão e em defesa da agroecologia. Site do MST, 19/09/2016.**



Com o lema “Educação do Campo: por uma escola agroecológica e da classe trabalhadora”, as atividades ocorreram com muita música, animação e pelo “Fora Temer!”

Identidade, luta popular, educação do campo e agroecologia são os sentimentos que norteiam cerca de 350 profissionais da educação que participaram do 18º Encontro Estadual de Educadoras e Educadores do MST, no Centro de Treinamento da Empresa Baiana de Desenvolvimento Agrícola (EBDA), em Salvador.

Com o lema “Educação do Campo: por uma escola agroecológica e da classe trabalhadora”, as atividades tiveram início na manhã da quinta-feira (15) e se estendeu até sábado (17) com muita música, animação e gritando “Fora Temer!”.

Na abertura do evento, logo cedo, enquanto a chuva caía lentamente nas gramas e folhas de árvores pertinho da plenária. A música levou os participantes a um longo momento de reflexão.

Jozenilza Figueiredo, acredita que o encontro está se consolidando como uma plataforma de formação e fortalecimento do coletivo estadual de educadores. “Para isso, nossa proposta é discutir criticamente as estruturas que existem na sociedade brasileira e ocupar as salas de aula com as construções coletivas da classe trabalhadora”.

### **Música e luta**

Para os militantes do MST, a música é uma prática essencial nos processos de luta, tendo a função de despertar a ludicidade e tocar no mais íntimo dos companheiros e companheiras que se dispõem, a cada dia, enfrentar o modelo opressor do capital através das diversas ferramentas construídas pela classe trabalhadora.

Nesse sentido, que uma diversidade de cantos, toques e expressões denunciaram os retrocessos políticos que ameaçam o avanço da educação do campo no Brasil.

Além disso, as raízes ancestrais e o contexto histórico de repressão e exploração através das diásporas indígenas e africanas estiveram presentes com o objetivo de reafirmar os valores sociais e culturais, que são transmitidos de geração em geração, como bases políticas para se pensar a agroecologia no contexto educativo.

### **Golpistas não passarão**

Na abertura do evento, diversas representações públicas estaduais marcaram presença e saudou o espaço por compreender o momento tático para avançar significativamente na luta contra o governo golpista e ilegítimo de Michel Temer (PMDB).

Fabia Reis, secretária de promoção da igualdade racial, disse que a educação do campo está conectada as nossas vidas e realidades. “Não podemos permitir nenhum retrocesso às políticas educativas que construímos quanto sujeitos políticos e nossa principal tarefa se apresenta neste contexto”.

Já Evanildo Costa, da direção nacional do MST, destacou que a educação do campo também é um espaço de luta e de enfrentamento direto as estruturas opressoras do sistema capitalista.

---

### **Embrapa inibe entrada de 79 espécies de pragas no Brasil. ABAG, 20/09/2016.**

Nos anos 2000, uma lagarta exótica entrou no país. Mais tarde, a Embrapa chegou à conclusão que era uma espécie *Helicoverpa armigera*. Voraz e insaciável, a lagarta se espalhou por diversas das principais culturas.

Sem produtos adequados para o combate dessa praga, os efeitos da presença da *Helicoverpa* nas lavouras brasileiras foi devastador, trazendo custos de US\$ 1,7 bilhão para o setor agropecuário.

Outras 79 espécies de pragas –de 1977 a 2016–, para sorte do produtor brasileiro, não tiveram o mesmo êxito quando chegaram no país.

Antes de se espalharem, foram detectadas na estação quarentenária de plantas da Embrapa Recursos Genéticos e Biotecnologia.

A entrada dessas pragas em território brasileiro traria bilhões de dólares em custos para o produtor.

"Essas pragas [79] são um número significativo", diz Marcelo Lopes, pesquisador da entidade. Ele lembra que durante todo o século passado foram 200 espécies.

### **RISCO**

O trânsito de material vegetal pelo mundo é inevitável nesses tempos, mas sempre há o risco da introdução de novas pragas em áreas ainda não afetadas por elas.

Com isso, a dispersão mundial de pragas agrícolas ocorre em taxas crescentes. Maior fluxo comercial mundial entre os países e mudanças climáticas são dois dos principais canais para a dispersão.

A quarentena vegetal serve para uma avaliação das plantas e prevenir a introdução e disseminação das pragas, que, às vezes, vêm em um belo lírio ou em uma muda de oliveira ou de videira.

O estudo da Embrapa indicou que a maior incidência de pragas ocorre em material de propagação vegetativa. Ou seja, em mudas, tubérculos, bulbos e estacas. As sementes têm incidência menor.

As 79 espécies de pragas detectadas –quatro delas de 2014 a 2016– vêm em forma de insetos, ácaros, nematoides, fungos, vírus e bactérias.

As pragas não existem no Brasil e muitas não estão incluídas na lista de importância quarentenária do Ministério da Agricultura.

As maiores ocorrências de pragas em importações vegetais ocorreram em lírios, oliveiras, uva e maçã. Já milho, arroz, algodão e trigo têm as menores incidências.

Lopes diz que esse trabalho é importante não só para impedir a entrada das pragas, mas também para criar padrões de referência no setor.

## **SETOR EXPORTA MAIS CARNE EM SETEMBRO**

A exportação de carnes tem ritmo melhor neste mês do que no anterior. Mantido o desempenho dos 11 primeiros dias úteis, as exportações de carne de frango deverão subir para 376 mil toneladas.

Esses dados mostram apenas as vendas de produto "in natura" e indicam evolução de 14% antes as 329 mil toneladas de agosto.

A carne bovina também melhora o desempenho. A Secex (Secretaria de Comércio Exterior) indica exportação de 99 mil toneladas de produto "in natura". Em agosto, foram 83 mil.

Também com cenário positivo, a carne suína pode somar 67 mil toneladas "in natura", com evolução de 17% ante o resultado de agosto.

**Milho** - As máquinas já colheram 9% da área destinada ao cultivo do milho nos Estados Unidos. Esse percentual fica abaixo da média dos últimos cinco anos, que esteve em 12%, segundo dados de acompanhamento do Usda (Departamento de Agricultura dos Estados Unidos). A previsão de safra é de um novo recorde: 383,4 milhões de toneladas.

**Soja** - A safra de soja está com um avanço menor do que a do milho, mas dentro da média dos últimos anos. Os dados do Usda indicam colheita em 4% da área plantada, percentual próximo da média dos últimos cinco anos, que é de 5%. A colheita deste ano será recorde, atingindo 114,3 milhões de toneladas, segundo os números do Usda.

**À espera** - O mercado de grãos teve pouca movimentação nesta segunda-feira (19) em Chicago. Os participantes do setor estão à espera das medidas do Fed, na quarta-feira (21), quando a entidade vai definir sobre se eleva ou não os juros. O setor de commodities não espera uma elevação das taxa e, por isso, mantém os preços das commodities.

---

### **Agricultura Familiar participa do Dia Nacional de Paralisação no Brasil. FETRAF, 20/09/2016.**

Próximo dia 22.09 será mais um dia de luta em defesa da democracia e dos direitos da classe trabalhadora.

Próximo dia 22.09 será mais um dia de luta em defesa da democracia e dos direitos da classe trabalhadora, que vem sofrendo muitos ataques nos últimos anos. Vários protestos acontecem em todo o país, simultaneamente, com os movimentos sociais parceiros que formam a Frente Brasil Popular e a Frente Povo Sem Medo, para defender a democracia e exigir do governo mudanças na economia, que gerem mais empregos, distribuição de renda e investimentos em políticas públicas.

As lideranças sociais afirmam, que neste momento, é fundamental manter a pressão sobre os parlamentares para que não aprovem projetos de lei retirando direitos dos/as trabalhadores/as.

O Dia Nacional de Paralisação integra o calendário da jornada de lutas da Central Única dos Trabalhadores que ao longo desses últimos meses, vem fazendo o debate nas ruas, acerca do desmonte do Estado e a redução do seu papel enquanto indutor do desenvolvimento das políticas de fortalecimento da classe trabalhadora. As diversas medidas apresentadas pelo GOVERNO ILEGITIMO DE MICHEL TEMER, reverberam em ações que penalizam a classe trabalhadora e garante o retrocesso das suas conquistas, em especial nos últimos 13 anos.

De acordo com os sindicalistas, a paralisação tem por objetivo alertar o governo "golpista" de que os trabalhadores vão impor limites as suas medidas.

Não aceitaremos a retirada de nenhum direito trabalhista e previdenciário.

**NENHUM DIREITO A MENOS!**

---

### **Autogestão e diálogo de saberes na Escola Latino-Americana de Agroecologia. Michele Torinelli. Site do MST, 20/09/2016.**

Escola da Via Campesina experiência outro modelo de educação no Assentamento Contestado

“Gostaria de começar com ‘Fora Temer’, mas com esse projeto Escola Sem Partido a gente fica proibido de falar essas coisas”, provoca o professor Felipe Pinho de Oliveira na primeira aula de Gênese e Classificação de Solos da segunda etapa do curso de Tecnólogo em Agroecologia da ELAA (Escola Latino-Americana de Agroecologia). A ELAA é um iniciativa do MST (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra) junto à Via Campesina que recebe militantes de todo o subcontinente para que possam aprender e disseminar agroecologia.

A escola, localizada no Assentamento Contestado, comunidade do MST no município da Lapa (PR), completou onze anos no último dia 27 e já formou três turmas de tecnólogos em parceria com o ITFPR (Instituto Técnico Federal do Paraná). A quarta turma conta com estudantes do Brasil, Paraguai, Bolívia, Chile, Argentina e República Dominicana. O outro curso oferecido na ELAA é de Licenciatura em Educação do Campo, Ciências da Natureza e Agroecologia, e está na primeira turma.

Simone Aparecida Rezende, da coordenação pedagógica do MST, explica que a proposta de educação da ELAA se divide em três eixos – acesso ao conhecimento científico, conhecimentos populares e troca de saberes entre os povos da América Latina – e está calcada na pedagogia do oprimido de Paulo Freire e no materialismo histórico.

“Brincamos que formamos ‘militantes-técnicos-pedagogos’ em agroecologia, porque educação e agroecologia não podem estar desvencilhadas”, conta Simone. A coordenadora destaca que o projeto Escola Sem Partido, que tramita no Congresso Nacional, é antagônico à proposta educacional do MST e demonstra como o período político pelo qual passamos é “temerário”.

A Escola funciona no sistema de alternância – o que significa que o estudante passa um período em sua comunidade e outro período na Escola, para que possa experienciar o conhecimento adquirido junto com sua comunidade e para que os cursos atendam à demanda de várias regiões. Sendo assim, os cursos na ELAA são intensivos e os educandos moram na escola durante o período de aulas – por isso a ELAA conta com estrutura de refeitório e alojamento.

A ELAA é uma proposta que surge da Via Campesina, uma articulação mundial de movimentos camponeses, em 2005 no Fórum Social Mundial em Porto Alegre e região, quando Hugo Chávez esteve presente. O projeto abarcava duas escolas, uma no Brasil e outra na Venezuela, que também se consolidou – é a IALA (Instituto de Agroecologia Latino-Americano) Paulo Freire. Existem outros IALAs: o Guarani no Paraguai, um no Chile voltado para as mulheres e outro na Colômbia, inaugurado esse ano – além de experiências no Equador, Guatemala e Argentina.

### **Metodologia: diálogo de saberes**

Além de coordenar a ELAA, Simone é professora de Diálogo de Saberes no Encontro de Culturas, que é a metodologia que guia a dinâmica da Escola. A partir de Paulo Freire, entende-se que “educar e educar-se, na prática da liberdade, é tarefa daqueles que sabem que poucos sabem – por isto sabem que sabem algo e podem assim chegar, a saber mais – em diálogo com aqueles que, quase sempre, pensam que nada sabem, para que estes, transformando seu pensar que nada sabem em saber que pouco sabem, possam igualmente saber mais”.

Esse é um trecho de Extensão ou Comunicação, em que Freire discute o papel do extensionista, ou seja, do técnico agrônomo que atua diretamente com os camponeses, e começa questionando o termo extensão. Afinal, trata-se de estender um conhecimento técnico dado, desde alguém que sabe para alguém que não sabe, ou, a partir do diálogo entre sujeitos, trocar saberes para que se possa transformar a realidade, considerando as relações que a permeiam?

O famoso educador brasileiro, alvo do projeto Escola Sem Partido, propõe que a técnica nunca é neutra, e que insistir na extensão é reproduzir relações de poder que anulam os sujeitos a partir de interesses dados – no caso, disseminar um determinado modelo agrícola, o agronegócio. Por isso ele aponta para a comunicação como metodologia – tanto no campo quanto em sala de aula –, e na problematização da realidade para que os sujeitos possam, criticamente, decidir.

Como indicou Simone na aula de quarta-feira (24), a técnica tem que ser vista como experimentação, não como verdade, e precisa estar em diálogo com os saberes e com o contexto do camponês. “É difícil, não é simples, pois a gente constrói coletivamente processos que não estão dados em nossos espaços”, diz Simone, que assim como grande parte dos educandos, é de origem campesina, assentada no norte do Paraná. E esse desafio, além de se dar no tempo-comunidade, como é denominado o período em que os educandos voltam para suas casas, também se dá no tempo-escola, ou seja, na metodologia da ELAA, na forma em que o processo de ensino-aprendizado se dá.

Após a mística de abertura feita pelos educandos ao som de Mercedes Sosa, a aula começou com duas perguntas geradoras: a gente tem consciência natural? A gente tem consciência da natureza? Nos separamos em grupos para discutir e, depois de alguns minutos, cada grupo apresentou sua visão, ou visões. No meu grupo, problematizamos que existe uma consciência naturalizada, a partir da qual se esquece que no mundo não existe “fora”.

Quanto à questão do lixo, um dos integrantes contou a realidade de sua comunidade, perto de um lixão, em que os catadores dizem que, para eles, “sem lixo não tem vida”. E o que é lixo para alguns é luxo para outros... Problematicamos também a questão dos valores antropocêntricos que separam ser humano e natureza, criando uma dicotomia que coisifica a natureza, e que faz os próprios movimentos sociais reproduzirem um modo de atuar produtivista que criticam na relação capitalista entre seres humanos.

Depois das colocações dos grupos, Simone enfatizou que essa separação entre ser humano e natureza retira a nossa noção de todo e de diversidade, que permitiria perceber como tudo está integrado em suas diferenças. Mas, por outro lado, o termo “consciência natural” é típico do liberalismo, em que se reduz o ser humano à sua faceta biológica, ocultando fatores socioculturais – destacadamente, a luta de classes. E a partir de 1989, com a queda do muro de Berlim, esse discurso se impõe.

É essa a ideologia que está por detrás da frase “você pode mudar o mundo” – o que, para Simone, é uma pegadinha do capitalismo, que exclui a necessidade da organização política coletiva para enfrentar questões estruturais. Mudar, no capitalismo é reformar – e, segundo essa perspectiva, se o indivíduo, sozinho, se esforçar, ele pode mudar o mundo. “A gente também quer mudança de postura nas nossas relações pessoais, mas não dá para achar que a luta de classes não existe mais e que basta uma mudança individual”, complementa Simone.

Assim a apropriação de conceitos ligados à ecologia acaba servindo para renovar o capitalismo. E ela cita um exemplo concreto: a Monsanto está desenvolvendo projetos de agroecologia. “Tem contradições que a gente vai trabalhando no dia a dia, mas tem contradições que são antagônicas: Monsanto e agroecologia não podem trabalhar juntas”, diz Simone. Por isso, é preciso questionar para quem e com quem exercitamos a agroecologia.

“Queremos agroecologia para trabalhar com os lascados, com os sem terra, com os indígenas, com os quilombolas, e não para renovar o capitalismo”, defende a coordenadora. Monsanto faz de fato agroecologia? O que é agroecologia? “O capitalismo precisa da crise para se renovar e agora resolveu que vai viver em crise. E aponta que a revolução não é necessária, que basta a gente mudar nossa postura individual. E assim se constrói uma ecologia só para quem tem acesso, para quem pode pagar, sem tocar em questões estruturais”, problematiza Simone.

Esse debate traz questionamentos também para o próprio movimento: “estamos vendendo agroecologia para a classe média – e estamos acomodados com isso”, diz Marilene Schalavin, educanda do curso e integrante do MST, acampada em Porecatu (PR). “Precisamos ter essa consciência prática de democratizar a agroecologia nas ações da Via Campesina no dia a dia”, complementa. Segundo Simone, o desafio das organizações é multiplicar a agroecologia, e para isso é preciso construir processos de



transição a partir do diálogo de saberes e da relação com o outro, tendo a clareza de que a agroecologia é um projeto político.

A aula foi permeada de debates e interações culturais, como exposição do vídeo Abuela Grillo, do videoclipe Latinoamérica e uma dinâmica de energização coletiva inspirada nas práticas debioenergia, difundidas e praticadas no assentamento – exemplos de outro modelo de educação que vai se construindo no cotidiano da ELAA.

Para além das disciplinas estabelecidas, outros elementos são trabalhados na ELAA, como Saúde, Esporte e Lazer. Há um momento reservado para isso nas tardes de quinta feira, e no dia 25 a Sylviane Guilherme, do Setor de Cultura do MST-PR, puxou uma dinâmica para pensar esse espaço para além do que está dado – o tradicional futebolzinho. “A humanidade produziu uma diversidade de práticas gigante e a gente fica só no futebol”, provoca Sylviane, fazendo um sinal de “jôinha”.

Sentados em roda, conversamos sobre alguns elementos que desconstróem a Educação Física tal como costuma ser praticada nas escolas. As práticas corporais são frequentemente encaradas como compensação depois de um dia de “trabalho sério”, ou como distração. “Isso é reprodução do discurso do capital: o primeiro espaço a ser conquistado é o corpo”, entende Sylviane. “Sem conhecer o nosso corpo e sem saber quem a gente é, a gente vai fazer uma revolução incompleta”, agrega.

Por isso é interessante problematizar os termos: para além da Educação Física, que reproduz uma dinâmica militar, trata-se de toda uma Cultura Corporal, que engloba esportes, lutas, ginásticas e danças que o capitalismo transformou em mercadoria e entretenimento, mas que sempre esteve conectada à história, à cultura, aos ciclos naturais e às práticas cotidianas.

Pensando a partir da dualidade agroecologia versus Revolução Verde, antes da mecanização do campo o contato com a terra era mais intenso, mais manual, muitas vezes coletivo, envolvendo diversidade de cultivos e movimentos, assim como cantos e danças (o que me lembrou desse vídeo incrível); ou seja, um amplo repertório de movimentos e ritmos a partir do contato com o meio e com o outro. A Revolução Verde e seus monocultivos substituíram o corpo pelas máquinas, o coletivo pelo individual, interferindo na relação com a natureza, com o outro e com o próprio corpo.

“Hoje o camponês tá dentro de casa, sentado no sofá vendo TV”, exemplifica Sylviane, que agrega que a agroecologia retoma uma cultura física e estética que o campo perdeu. Ela entende que esse esvaziamento das práticas corporais faz parte da cultura do capital, à qual não interessa que as pessoas sejam plenas e se organizem coletivamente.

“É mais fácil controlar seres humanos desumanizados”, complementa a convidada, referindo-se ao duplo sentido da famosa frase de Rosa Luxemburgo: “quem não se movimenta não sente as correntes que o prendem”; quem não se move no sentido da organização social, mas também no que diz respeito ao próprio corpo.

E assim seguimos para a parte prática da atividade: todo mundo um pouco travado no começo, aos poucos se soltando, e ao final uma catarse coletiva como nunca antes na história da ELAA tomou conta do casarão onde acontece grande parte das atividades da Escola. As palavras seriam de pouca valia para relatar essa experiência, então deixo que a foto expresse, através da luz e das posturas corporais, o que as letrinhas não podem teorizar.

### **Comunicação ecológica em contraposição à monocultura da mídia**

Outra atividade complementar foi puxada por esta que vos escreve durante o Círculo de Cultura, na quarta (24) à noite, acerca da comunicação. A proposta de debate e interação, e na minha forma de estar e participar ao longo dessa vivência no assentamento coloca a própria prática comunicacional em xeque: minha presença aqui não se reduz a uma divulgação desde fora, a título de assessoria de imprensa. Divulgar é preciso, mas a partir do diálogo e da troca, como tanto preconiza Paulo Freire.

O fazer dialógico precisa ser experienciado no próprio campo da comunicação, que paradoxalmente costuma ser deixado de lado nas lutas sociais e abordado de maneira instrumentalista, reproduzindo uma prática midiática isolada em si mesma, calcada mais na propaganda que no diálogo, mais na especialização que no fazer comum.

O projeto Vida Boa, com suas limitações, assume esse desafio – assim como o Projeto Flora – Reflorestando a Reforma Agrária, uma iniciativa do Instituto Contestado que tem um olhar todo especial para a comunicação – enquanto parte constitutiva do projeto, e não apenas acessório de divulgação. No artigo Comunicação tem gosto? Integrantes do projeto discutem essa apropriação a partir do questionamento do termo público-alvo – e a própria comunicação se torna o alvo de reflexão.

Falamos tanto de Paulo Freire, de diálogo na escola e no campo, mas por que esse debate é alijado da comunicação? É preciso reconhecer a comunicação popular e participativa como processo inerente aos movimentos sociais, como metodologia do fazer comum – e, em contraposição à monocultura da mídia de massa, criar nossa própria comunicação, talvez ecológica.

Assistimos ao documentário Levante Sua Voz, do Coletivo Intervezes, e na sequência debatemos o porquê da comunicação ser direito e como ele nos é negado. Assim como não podemos fazer agroecologia sem ter como plano de fundo o debate da reforma agrária, não podemos fazer comunicação popular sem ter como plano de fundo a reforma da mídia – ou nos restringiremos ao reformismo que não leva em consideração questões estrutural.

Os participantes deram vários relatos de como a mídia de massa criminaliza os movimentos sociais, bem como da necessidade de criarmos e fortalecermos nossos próprios meios para construir narrativas, divulgar experiências e disputar valores.

Na sequência assistimos ao documentário Cultura – da Universidade às Ruas, do Coletivo Soylocoporti, um exemplo do que pode ser feito em nossas experiências locais para divulgar nossas narrativas de forma participativa e através de formatos próprios – a comunicação como parte das lutas, não algo externo a elas.

Várias experiências de comunicação popular foram apresentadas ao longo do debate: O Candeeiro <http://www.asabrazil.org.br/acervo/o-candeeiro> e o projeto Semi-Árido em Tela, da ASA – Articulação do Semi-Árido Brasileiro (que é parceira do Projeto Flora); Refúgio Zumbis, do Mato Grosso, que entre outras atividades realiza saraus e conta com uma webrádio; projeto Água Boa – Sertões, Sons e Imagens, da Paraíba; além de várias experiências de zines, lambes, panfletos e estêncil.

Laís e Hudson, do Setor de Cultura da Escola, finalizaram a atividade convidando a todos a pensar e compartilhar o que sonham para a comunicação na ELAA, para que possam junto fortalecer o diálogo na escola. Agradeço por demais o espaço, a acolhida e o diálogo! E fiquei bem feliz de ver a mídia sendo problematizada numa das místicas de abertura dos dias seguintes.

**Autogestão e multiculturalidade**

A educação na ELAA não é um serviço, mas um processo participativo. Pleno domingo e eu pedi pra Thay me levar na cachoeirinha do assentamento. “Depois que a gente limpar o banheiro”, ela sugeriu. “Mas limpar banheiro em pleno domingo?”, contestei eu. “Ué, a Escola não pode parar, e a gente que gestiona ela”, respondeu a moça. Acatado. Cachoeira só depois da limpeza.

Os educandos se organizam por núcleos, equipes e setores, e tocam as demandas da escola, desde alimentação, limpeza, cultivo e gestão. A atual turma de tecnólogos conta com 54 educandos, que vivem na ELAA durante o tempo-aula. Essa etapa, a segunda da turma (são seis etapas no total), começou em 13 de agosto e vai até 29 de outubro – dois meses e meio de intensa vivência coletiva, que exige muita organização.

Banheiros limpos, fomos à cachoeirinha – eu, Thayana Fiel, que mora em Pelotas e integra o Levante Popular da Juventude, e Diego Splinter, que me contou um pouco de sua história no caminho. Ele estudava Geografia na Universidade Federal Fluminense, mas deixou o curso por não se identificar com “o ensino formal descolado da realidade”. Mas foi por meio da universidade que ingressou no movimento estudantil e veio a conhecer de perto o MST. Depois de flertar algum tempo com o movimento, incentivado pelo seu amigo Cícero Guedes, uma liderança da região, partiu para sua primeira ocupação.

O processo de formação com as famílias envolvidas levou quatro meses, e em 02 de novembro de 2012 ocuparam a área da Usina Cambaíba, no município de Campos (RJ). A data não foi escolhida aleatoriamente, assim como a terra ocupada: Dia de Finados, em lembrança dos militantes de esquerda que foram incinerados nos fornos da usina durante a ditadura militar.

A região, tomada por monocultivos de cana, é controlada por exércitos particulares de fazendeiros, os jagunços. “As pequenas comunidades passam a ser controladas por essa força armada”, relata Diego. E assim aconteceu com o recém-surgido acampamento Luís Maranhão: por bater de frente com a jagunçagem, Cícero foi assassinado no começo de 2013 – e por ter sido testemunha do processo, Diego foi aconselhado a deixar a área, pra não se tornar a próxima vítima.

História triste, e tão comum na luta pela reforma agrária. Os responsáveis pelo assassinato ficaram impunes, por falta de provas materiais. E lá foi Diego de volta à cidade do Rio de Janeiro, pra onde esperava nunca mais ter de voltar, para contribuir na

secretaria estadual do movimento. Hoje ele já está assentado em Macaé (RJ), e vai ter que reformar seu barraco quando for para o tempo-comunidade. “Dá última vez o telhado estava tomado por feijão e bucha, tanto que até entrou no barraco”, conta Diego. Muito trabalho pela frente quando voltar.

Diego viu no curso da ELAA outra proposta de educação, voltada à realidade e à transformação social. “Além de ser uma vontade pessoal, a formação em agroecologia também é uma demanda da minha comunidade”, explica. O assentamento Luís Maranhão, onde vive, se organiza de acordo com um novo modelo denominado Projeto de Desenvolvimento Sustentável (PDS) – e cabe a Diego contribuir para a transição agroecológica com as famílias de lá.

Cada educando da ELAA representa uma realidade. Yosseth Condori, boliviana de Oruro, faz parte do movimento de mulheres camponesas Bartolina Sisa, e tem a missão de multiplicar a agroecologia por lá. Paulo Eduardo Pinheiro, do MST da região de Ribeirão Preto (SP), é filho de assentados e integra o grupo de rap Veneno H2, que existe há mais de dez anos.

Ronaldo Korczak – “meu vô era da Ucrânia”, explica ao ter que soletrar minuciosamente seu sobrenome – também foi criado no movimento, “debaixo de lona preta”. Morador da região de Campo Mourão (PR), ele conta que, quando chegou à cidade, “o povo fechava as portas das lojas achando que a gente ia roubar”. Mais uma barreira enfrentada pelos sem terra: o preconceito.

Sua família foi assentada quando ele tinha 15 anos, depois de passarem por muito barraco de lona e experiências comunitárias às quais não se adaptaram. Enquanto ele estuda na ELAA, seu irmão se formou como técnico agrícola na Escola Milton Santos, em Maringá (PR).

É do intercâmbio dessas histórias de vida que se constrói a ELAA: um amplo diálogo de saberes que tem como base a transformação social e a agroecologia. Pois como já dizia Bertolt Brecht, “apenas quando somos instruídos pela realidade é que podemos mudá-la”.

---

**“Com agroecologia construiremos uma educação de qualidade para classe trabalhadora”. Site do MST, 20/09/2016.**

A luta da classe trabalhadora em defesa de uma educação do campo de qualidade ocupou as mesas de discussões do 18º Encontro Estadual de Educadores e Educadoras do MST na Bahia

De 15 a 17 de setembro aconteceu o 18º Encontro Estadual de Educadores e Educadoras do MST, no Centro de Treinamento da Empresa Baiana de Desenvolvimento Agrícola (EBDA), em Salvador, com 350 profissionais da educação que atuam em dez regiões do estado nos assentamentos e acampamentos de Reforma Agrária.

O Encontro trouxe como lema “Educação do Campo: por uma escola agroecológica e da classe trabalhadora”, que se ampliou a partir de diversas rodas de conversa e temas debatidos em plenária pelos educadores e educadoras.

Jozenilza Figueiredo, do coletivo estadual de educação, acredita que a agroecologia tem sido um debate importante a nível nacional dentro do MST, por ser mais um instrumento de luta que compõe a Reforma Agrária Popular e que traz em sua centralidade a alimentação saudável.

“Esse debate precisa ser apropriado por nós enquanto educadores e educadoras do Movimento, já que entendemos a escola como um espaço central para expandi-lo. É nesse intuito que o Movimento juntamente com os setores de produção, de saúde e os demais traz esse debate à tona”, explicou.

### **Simbologia**

A simbologia das lutas populares esteve presente no encontro através das ferramentas de trabalho, dos gritos de ordem, atividades culturais e das crianças que participaram de diversas atividades na Ciranda Infantil sobre a agroecologia e o cuidado com a natureza.

Além disso, o atual cenário político brasileiro foi discutido e problematizado, tendo como ponto principal, o Programa Escola Sem Partido do governo golpista e ilegítimo de Michel Temer (PMDB).

Zena afirmou que o Programa quer amordaçar a construção política dos movimentos e organizações populares do campo e cidade, porque ele destrói todas as conquistas que

obtivemos no plano de uma educação crítica e autônoma. “Essa proposta não nos permite ocupar as salas de aula com as construções coletivas da classe trabalhadora. Somos contra a tudo isso e nosso encontro nos ajudou a refletir mais sobre”.

A luta da classe trabalhadora em defesa de uma educação do campo de qualidade ocupou as mesas de discussões e ao final, os educadores se comprometeram a fortalecer o coletivo estadual de educação do MST consolidando frentes de atuação a partir das modalidades de ensino, como educação infantil, adolescência e juventude.

Durante o encontro, diversas representações públicas estaduais e nacionais marcaram presença, como a secretária de promoção da igualdade racial, Fábria Reis, e o deputado federal Valmir Assunção (PT).

---

### **CRB Nacional emite nota sobre situação de presos políticos do MST. Site do MST, 21/09/2016.**

A nota é fruto de uma "visita religiosa assistida" realizada pela presidente da organização a José Valdir Misnerovicz no final de agosto, em Aparecida de Goiânia-GO.

A Conferência dos Religiosos dos Brasil (CRB Nacional) emitiu uma nota pública sobre a situação do preso político do MST em Goiás, José Valdir Misnerovicz, encarcerado desde 31 de maio em Aparecida de Goiânia (GO). A nota é fruto de uma "visita religiosa assistida" realizada pela presidente da organização que reúne mais de 40 mil religiosos no Brasil, a Irmã Maria Inês Vieira Ribeiro, que esteve com Valdir no final de agosto.

Na mensagem de misericórdia e solidariedade é reafirmado o compromisso da entidade com a luta pela vida, justiça, dignidade e igualdade de direitos. Afirmam que "as pessoas de boa vontade e a Vida Religiosa no Brasil estão junto a eles e a todos os marginalizados e sofredores, como nos pede o Mestre Jesus. Em nome dos "sem voz e nem vez", reivindicamos liberdade e vida em abundância". Confira a íntegra do documento emitido nesta quarta-feira (21).

## **NOTA da CRB NACIONAL sobre a visita ao SR. VALDIR MISNEROVICZ**

"Eu vim para que todos tenham vida" (Jo 10,10).

Estamos vivendo o Ano da Misericórdia, que nos abre novos horizontes, convoca-nos a viver "em saída" e a tecer relações de misericórdia, com palavras, gestos e atitudes humanizadoras, priorizando os empobrecidos e vulneráveis, as juventudes e a ecologia integral. Pelas trilhas da mística e da profecia e da esperança criativa, visamos fidelidade ao projeto de Deus" (Cf. Horizonte da 24ª Assembleia Geral).

É com este horizonte que buscamos "fortalecer a integração entre mística e profecia, com o coração ardente e pés de peregrino/a, de olhos abertos e ouvidos atentos às novas fronteiras de missão" (Cf. Prioridade nº 1 da 24ª Assembleia Geral da CRB Nacional). Foi com uma dessas fronteiras que a Presidente da CRB se deparou ao fazer uma "visita religiosa assistida", no dia 26 de agosto, ao educador popular que atua no Estado de Goiás, membro articulador do MST, José Valdir Misnerovicz, preso no último dia 31 de maio, em Veranópolis (RS). Encontra-se no Complexo Prisional de Aparecida de Goiânia (GO).

Considerando uma de suas prioridades "revigorar a opção preferencial pelos pobres, vulneráveis e excluídos, assumindo a defesa da vida onde está mais ameaçada, em compromisso com os Movimentos Sociais, o processo democrático e a justiça social", a CRB Nacional, que reúne em torno de 40 mil religiosos e religiosas, tem a missão de promover a vida, se une a outras 72 entidades em defesa da causa do Valdir e outros dois presos: Luiz Batista Borges e Lázaro Pereira da Luz.

Recordamos os "direitos sagrados" reconhecidos pela Doutrina Social da Igreja, e seguidamente recordados pelo papa Francisco: teto, terra e trabalho, os três "Ts". "É preciso lutar por eles. Que o clamor dos excluídos seja ouvido na América Latina e em toda a Terra. Terra, teto e trabalho – isso pelo qual vocês lutam – são direitos sagrados." (Papa Francisco, Discurso aos participantes do Encontro Mundial dos Movimentos Populares, 28-10-2014).



Para viver com dignidade, o ser humano precisa de teto, trabalho e terra. A luta de José Valdir Misnerovicz, Luiz Batista Borges e Lázaro Pereira da Luz é pela terra e Reforma Agrária em nosso País. Portanto, as pessoas de boa vontade e a Vida Religiosa no Brasil estão junto a eles e a todos os marginalizados e sofredores, como nos pede o Mestre Jesus. Em nome dos "sem voz e nem vez", reivindicamos liberdade e vida em abundância.

Como CRB apoiamos a luta pela vida, justiça, dignidade e igualdade de direitos.

---

**“Há uma política óbvia de apagamento da memória de que existe educação no campo”. Lizely Borges. Site do MST, 21/09/2016.**

Reitor da UFRJ, Roberto Leher aponta o desenvolvimento de uma política educacional intencionalmente orientada para o esvaziamento do campo e de base à exploração da terra pela iniciativa privada.

O modelo de financiamento e de avaliação da educação, que tem por base o número de alunos e não as especificidades dos sujeitos e suas realidades, impacta negativamente na estruturação das escolas rurais e da política educacional para o campo. O fechamento de mais de 40 mil escolas do campo nos últimos quinze anos é visto com preocupação pelos movimentos populares, profissionais da educação e universidades.

Em entrevista, o reitor da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) e professor da faculdade e pós-graduação em educação na mesma universidade, Roberto Leher, problematiza a relação entre a adoção da política educacional brasileira para o campo e a base de sustentação para avanço do agronegócio. Ele aponta a necessidade de fortalecimento das frentes de defesa da educação pública: “Manter a chama acesa da educação do campo é elemento estratégico para sairmos desta situação negativa de correlação de forças nas lutas pela educação pública no país”, destaca.

A conversa abaixo foi realizada após a audiência pública sobre educação do campo, realizada no dia 15 de setembro, em Brasília-DF, pela Comissão de Direitos Humanos e Minorias (CDHM) da Câmara dos Deputados. A atividade teve participação de movimentos populares, sindicatos vinculados às lutas pela educação e universidade públicas. Ao final da audiência foi lançada a Campanha Educação é Direito, Não é

Mercadoria, uma ação do Fórum Nacional de Educação do Campo (Fonec) em resistência à mercantilização em curso da política educacional.

Nas próximas semanas, como estratégia para ganhar corpo e amadurecer o debate, devem ser realizados lançamentos da Campanha nas universidades que desenvolvem os cursos de licenciatura em educação do campo pelo país. Confira a entrevista.

### **Por que a educação do campo necessita de uma política pública educacional específica?**

**Roberto Leher** - Uma escola do campo hoje é um espaço que está forjando uma concepção de sociedade e civilização. Estas escolas precisam existir como centros pulsantes do sistema educacional brasileiro, elas são estratégicas para o futuro deste sistema educacional. No entanto, para a existência destas escolas é preciso seguir uma lógica que não é racionalidade da eficiência do custo-aluno, porque são escolas de menor porte que atendem um número menor de estudantes, mas são escolas que estruturam uma vida social pulsante no território. Estas escolas que acabam sendo duramente penalizadas criando de um ciclo vicioso: poucos estudantes, poucos recursos, a escola fica precária, perde estudantes. E para isso nós precisamos mudar a racionalidade do financiamento pelo número de alunos que estão nas escolas.

Além disso, nós temos um problema social gravíssimo que é o transporte escolar. Não é possível que crianças pequenas tenham que ficar todos os dias, duas horas e meia ou três horas em transportes precaríssimos para poderem se deslocar para suas escolas.

Por todos os motivos nós precisamos ter políticas que fortaleçam estas escolas como espaços culturais, científicos, tecnológicos, civilizatórios que dão sentido a uma vida social nos nosso país.

**As realidades do campo são quase exclusivamente conhecidas por quem as vivem, num contexto de invisibilidade para a população urbana. Como é construída a invisibilidade das realidades do campo e a ideia de que os sujeitos do campo não precisam qualificar-se, que o campo deve estar sob controle daqueles que sabem fazer uso para um melhor desenvolvimento da nação, uma lógica orientada para o esvaziamento do campo e mercantilização da terra?**

**Leher** - Estas escolas que estão sendo invisibilizadas - e concretamente já estão, já que perdemos 40 mil nos últimos quinze anos - sofrem um esvaziamento com base na

argumentação de que a modernização da agricultura irá suprimir a existência do campesinato. No entanto, se examinarmos a situação concreta da produção de alimentos hoje em nosso país vamos constatar que, ainda no século XXI, e de forma mais relevante, inclusive na busca de alimentos mais saudáveis, a agricultura camponesa e familiar são determinantes para termos, de fato, alimento nas nossas mesas. Sem essa agricultura nós não vamos ter condições de um futuro com saúde e qualidade de vida para o conjunto da população.

### **Quais são as principais ameaças presentes, neste momento, à autonomia da política educacional do campo?**

**Leher** - Hoje temos essencialmente uma racionalidade mercantil de que a eficiência da escola é medida por parâmetros estranhos à ciência e à educação, são parâmetros importados dos setores produtivos.

Há um sistema de avaliação que opera essa racionalidade de uma lógica de eficiência que leva a conclusão de que estas escolas são pouco eficientes e, portanto, devem ser fechadas. Nós temos que quebrar essa racionalidade, mudando a ótica de como financiamos as escolas públicas no campo. Precisamos financiar as escolas não com base no número *per capita*, mas no custo real de uma escola, no que deve ser básico para uma boa escola, ainda que de pequeno porte, no campo.

Estamos acompanhando com preocupação os desdobramentos da política e economia do país e seus desdobramentos para a educação pública. Está em curso, há muitos anos, uma narrativa chamada "vazio do campo". A população brasileira é hoje essencialmente urbana e o campo, com a modernização, paulatinamente estaria sendo reconfigurado como área de expansão do agronegócio, e este se expandindo de maneira legítima porque o campo está vazio. E como o campo está vazio não há problemas em expandir fronteiras.

Esta narrativa de esvaziamento do campo é uma política estruturada que se condensa na área de educação num processo avassalador de fechamento de escolas no campo. Se distribuímos as 40 mil escolas extintas territorialmente podemos ver uma política óbvia de apagamento da memória de que existe educação no campo, e o apagamento da escola do campo é também o apagamento das crianças, jovens e adultos, das lutas e daqueles que lutam pela existência de um modo de vida na agricultura camponesa que se confronta com agronegócio.

Esta narrativa encontra suporte sólido nas teorias da modernização, formulações desde os anos 50. Este tema é fundamental porque vem legitimando o fechamento das escolas como também política de desconstrução material e simbólica da educação no campo – são escolas sem nenhuma estrutura, sem atendimento adequado de água, esgoto, biblioteca – são esvaziamentos sucessivos – e isso encontra resistência não apenas ainda importante literatura crítica que temos no país.

### **E qual a perspectiva para o Programa Nacional de Educação da Reforma Agrária (Pronera)?**

Outro é defesa do Pronera. Se não tivermos condições de formar professores que tem vinculação com os movimentos sociais... A escola do campo, a pedagogia que vem sendo construída requer a presença de intelectuais e organizadores que são militantes do campo. E isso tem que ser feito junto com universidades públicas pelo Pronera. Temos que seguir debatendo que programas sejam auto-organizados pela universidade e movimentos sociais, seguindo construindo um conjunto de formuladores, de intelectuais que estão organizando a educação no campo, junto com as luta sociais.

---

### **MAB fará encontro para denunciar um ano de impunidade do crime da Samarco. Site do MST, 21/09/2016.**

No dia 05 de novembro os atingidos por barragens estarão em Bento Rodrigues para reforçar que só a luta e a organização garante os direitos

Na data que marcará um ano de impunidade do crime da Samarco (Vale\BHP Billiton), o maior desastre ambiental da história do Brasil e o mais impactante da mineração global, o Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB) realizará um grande encontro reunindo famílias de todas as regiões atingidas pela lama na bacia do Rio Doce. Também estarão presentes atingidos vindos de diversas regiões de Minas Gerais e de outros estados brasileiros que estarão em Mariana para reforçar a solidariedade e o empenho coletivo na luta pelos direitos.

As atividades de memória pela tragédia, denúncia da violação de direitos e fortalecimento da organização incluirá uma Marcha que sairá de Regência, no Espírito Santo, no dia 31 de outubro de 2016 e percorrerá até 2 de novembro diversas cidades atingidas reunindo moradores, fazendo assembleias e debatendo com as famílias os rumos da luta popular em defesa do rio Doce e seus

afluentes resultando em um grande Encontro do Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB) na cidade de Mariana entre 3 e 5 de novembro.

Serão dias de reflexão e debate sobre os reais motivos que resultaram neste grande crime ambiental, discutir um novo modelo de mineração que respeite o meio ambiente, as comunidades e os trabalhadores, pautar uma Política de Direitos que dê garantias às famílias atingidas e reforçar a animação das comunidades atingidas entre Bento Rodrigues e a foz do Rio Doce para construir o protagonismo das famílias em uma organização forte e unificada.

No dia 5 de novembro vamos realizar “Um Minuto de Sirene” dentro de Bento Rodrigues chamando toda a comunidade bem como organizações sociais, sindicatos, ONGs, universidades, Igrejas, para fazer memória dos 19 mortos e da criança abortada pela lama, fazer ecoar no mundo a denúncia da irresponsabilidade da Samarco e das suas controladoras e reforçar que a esperança de nova vida está na união e no empenho coletivo e organizado.

Para Letícia Faria, integrante da coordenação estadual do MAB em Minas Gerais, será um momento histórico protagonizado pelos atingidos. “A sociedade precisa saber o que está acontecendo aqui e as empresas devem respeitar os direitos e a iniciativa autônoma das famílias se organizar para reconstruir a vida”, afirma.

“Ribeirinhos, agricultores, pescadores, garimpeiros, comerciantes, indígenas, moradores da zona urbana e zona rural, todos são chamados a participar, a construir este grande mutirão que busca tornar os atingidos na Bacia do Rio Doce uma só família em luta”, conclui Guilherme Camponês, atingido em Governador Valadares que também é membro da coordenação estadual do MAB.

---

### **Decreto traz nova reestruturação no Ministério da Agricultura. Cristiano Zaia. Valor Econômico, 21/09/2016.**

Como parte da política de enxugamento da máquina pública anunciada pelo presidente Michel Temer, o governo vai extinguir 476 cargos comissionados e confiança do Ministério da Agricultura. A medida consta do decreto 8.852, publicado na edição de hoje do “Diário Oficial da União” e entra em vigor dia 19 de outubro.

O decreto, assinado pelo presidente da Câmara, Rodrigo Maia – presidente em exercício – também altera outro, editado ainda na gestão da ministra Kátia Abreu, em março deste ano, que reestruturou cargos e secretarias no ministério à época. Na nova

reestruturação, o ministro Blairo Maggi fez pequenas modificações, mantendo praticamente toda a estrutura que assumiu na pasta.

Foi extinto o Departamento de Desenvolvimento Agropecuário da Região do Matopiba (confluência entre Maranhão, Tocantins, Bahia e Piauí) e recriado o Departamento de Café, Cana-de-açúcar e Agroenergia, extinto na gestão de Kátia.

Todas as secretarias foram mantidas pelo novo decreto: Secretaria-executiva, de Política Agrícola, de Defesa Agropecuária, de Mobilidade Social, do Produtor Rural e do Cooperativismo, e de Relações Internacionais do Agronegócio.

---

### **Incra/PI capacita servidores municipais para atuar em unidades de cadastramento. INCRA, 22/09/2016.**

Representantes de prefeituras piauienses que vão atuar em Unidades Municipais de Cadastramento (UMCs) participam de capacitação para o uso do Sistema Nacional de Cadastro Rural (SNCR). O treinamento começou na última segunda-feira (19) e segue até esta sexta-feira (23), na sede da Superintendência Regional do Incra no Piauí (Incra/PI), em Teresina.

Participam servidores dos municípios de Antônio Almeida, Barro Duro, Bertolândia, Campo Maior e Teresina. Ao final, as UMCs estarão aptas a realizar a emissão do Certificado de Cadastro de Imóvel Rural (CCIR), documento exigido para desmembrar, arrendar, hipotecar, vender ou prometer em venda o imóvel rural e para homologação de partilha amigável ou judicial. Além de ser emitido gratuitamente nas UMCs e Salas da Cidadania – implantadas em parceria com prefeituras – o CCIR pode ser obtido por meio da internet, no endereço <https://sncr.serpro.gov.br/ccir/emissao>.

“Essa ação não se encerra com a capacitação. Continuaremos o trabalho de manutenção das UMCs e estamos empenhados na divulgação para que novos acordos de cooperação técnica sejam formalizados”, informou o superintendente regional do Incra/PI, Howzembergson de Brito Lima.

O acordo de cooperação assinado com a autarquia é o instrumento que permite a criação, instalação e manutenção das UMCs. As estruturas geralmente funcionam nas

próprias prefeituras, sendo importantes para a descentralização dos serviços do Inbra e garantia de melhor atendimento ao público.

“As unidades facilitam a vida do cidadão que vive no interior do estado e que precisa dos serviços de cadastro de imóvel rural, como a emissão do CCIR. Dessa forma, o proprietário de imóvel rural não precisa se deslocar do município em que vive até a capital”, afirma o chefe do Serviço de Cadastro Rural do Inbra/PI, César Cordeiro, responsável por treinar os servidores.

A atualização cadastral dos imóveis rurais, também abordada no treinamento, deve ser realizada sempre que ocorrerem alterações na área, na exploração ou no domínio da propriedade ou posse. Os titulares de imóveis cadastrados no SNCR podem realizar a atualização de forma eletrônica por meio da Declaração para Cadastro Rural, em uma UMC ou Sala da Cidadania.

---

### **Sistemas de abastecimento de água beneficiarão 2,9 mil famílias assentadas na Bahia. INCRA, 22/09/2016.**

Cerca de 2,9 mil famílias assentadas na Bahia serão beneficiadas com a implantação de 17 sistemas simplificados de abastecimento de água. A ordem de serviço para o início das obras foi assinada nesta quinta-feira (22). A ação abrange 21 assentamentos localizados em 16 municípios baianos.

A Superintendência Regional do Inbra na Bahia está aplicando R\$ 5 milhões para a realização desta primeira etapa das obras em parceria com o governo do estado. A previsão é a de que seis sistemas de abastecimento sejam inaugurados em dezembro.

O superintendente regional do Inbra/BA, Hélder Almeida, explica que essa parceria é uma ação continuada para levar água tratada ao agricultor da reforma agrária. “A implantação desse sistema é mais econômico, produz água de qualidade e é mais rápido de ser executado”, ressalta.

As obras serão realizadas pela Companhia de Engenharia Hídrica e Saneamento da Bahia (Cerb), da Secretaria de Infraestrutura Hídrica e Saneamento (Sihs), do governo da Bahia.

O modelo simplificado foi desenvolvido pela Cerb, que também cedeu uma biblioteca com projetos de sistema de abastecimento ao Incra/BA, em fevereiro deste ano.

A assessora técnica da Sihs, Nelly Malheiros, explica que alguns sistemas irão beneficiar mais de uma agrovila, por serem assentamentos vizinhos.

Além dos representantes do Incra e Sihs, participaram da assinatura da ordem de serviço o diretor substituto de Desenvolvimento de Projetos de Assentamentos do Incra, Douglas de Jesus, e o coordenador de Políticas e Projetos da Sihs, Jackson Ornelas.

---

### **Incra vai utilizar Veículo Aéreo Não Tripulado para parcelar assentamentos. INCRA, 23/09/2016.**

Técnicos do Incra iniciaram, na quarta-feira (21), os testes finais de utilização de Veículo Aéreo Não Tripulado (VANT) para o georreferenciamento de lotes em projetos da reforma agrária. A área escolhida para experimento foi o assentamento Colônia II, no município de Padre Bernardo (GO), a pouco mais de cem quilômetros de Brasília (DF). O veículo realizou dez sobrevoos na área de 600 hectares do assentamento, onde residem 23 famílias de agricultores.

O teste realizado é resultado de um acordo de cooperação entre a Universidade de Brasília (UnB) e o Incra. Além da utilização do equipamento, a instituição de ensino irá treinar a equipe da autarquia que vai operar o equipamento e atuar no processamento das imagens obtidas pelos veículos. Um grupo de 15 pessoas deve receber o treinamento em outubro. Após essa capacitação, os técnicos estarão aptos a operar os três VANTs em aquisição pelo Incra.

A modernização no processo de georreferenciamento dos lotes dos assentamentos da reforma agrária, por meio da utilização dos VANTs, resulta na aceleração dos processos de certificação e na regularização de imóveis rurais. Atualmente, a certificação de imóveis necessita da mobilização de equipes técnicas para ir a campo, num processo que pode chegar a seis meses ou mais. Estima-se que a utilização da tecnologia reduza esse tempo pela metade. “Além de garantir agilidade no processo, o Incra também



ganhará na economia de recursos humanos e financeiros”, diz o Coordenador Geral de Cartografia da autarquia, Cláudio Roberto Siqueira da Silva.

### **Processo**

Na prática, uma equipe composta por dois pilotos, um especialista em processamento de imagens e um técnico de apoio realizará o trabalho na área definida. O tempo para a coleta dos dados varia conforme o tamanho do assentamento e as condições climáticas. Em média, a coleta de dados em campo dura dois dias.

As imagens são processadas e, com base no pré-projeto de parcelamento, os lotes são definidos e vetorizados. Por fim, os dados são convertidos em planilha e submetidos ao Sistema de Gestão Fundiária do Inca (Sigef) para validação e certificação. “A certificação é um dos pré-requisitos para que o Inca possa titular os lotes da reforma agrária,” diz Cláudio Siqueira.

O engenheiro agrimensor Marcelo Cunha, da Superintendência Regional do Inca em Minas Gerais, afirma que as imagens colhidas pelo veículo possuem alta qualidade e precisão geométrica. Segundo ele, nos casos onde não houver conformidade entre as imagens de coordenadas ou espacialização de limites consolidados, como cercas, estrada e outros, um técnico pode ser deslocado para fiscalizar *in loco*. “Isso nos poupa tempo e dinheiro”, diz.

### **Equipamentos**

O Inca já iniciou o processo de compra de três veículos aéreos não tripulados por meio de pregão eletrônico. Segundo o cronograma da Coordenação Geral de Cartografia, os equipamentos deverão estar prontos para operação no início de 2017.

---

## **Campanha em Defesa do Cerrado será lançada nesta terça-feira, em Brasília. Site do MST, 26/09/2016.**

Um dos objetivos da campanha é pautar e conscientizar a sociedade, em nível nacional e internacional, sobre a importância do Cerrado e os impactos dos grandes projetos do agronegócio

A Campanha Nacional em Defesa do Cerrado, que tem como tema “Cerrado, Berço das

Águas: Sem Cerrado, Sem Água, Sem Vida”, será lançada durante coletiva de imprensa, às 14 horas desta terça-feira, dia 27, na sede da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), em Brasília. Após coletiva, os/as participantes promoverão um debate sobre o Cerrado.

“A Campanha, que já conta com a participação de 36 organizações, é fundamental para que todos conheçam o patrimônio histórico, cultural e biológico do Cerrado – seus povos, sua biodiversidade, e sua importância para a vida na terra –, já que sem Cerrado não há água e nem vida”, destaca Isolete Wichinieski, da Comissão Pastoral da Terra (CPT) – uma das entidades que faz parte da Campanha.

Participarão da mesa de lançamento a antropóloga e professora da Universidade de Brasília (UNB), Mônica Nogueira; o indígena Elson Guarani Kaiowá; a liderança do Movimento Quilombola do Maranhão (Moquibom), Zilmar Pinto Mendes; Pedro Alves dos Santos, da Articulação Camponesa do Tocantins; e Isolete Wichinieski, da CPT.

### **Sabia que 52% do Cerrado já foram destruídos?**

A Campanha tem como objetivo também alertar a sociedade e denunciar a destruição do Cerrado e as violências contra os povos e comunidades que vivem neste espaço. Zilmar e Pedro, por exemplo, são de estados atingidos pelo Plano de Desenvolvimento Agropecuário do MATOPIBA. E o indígena Elson, Guarani Kaiowá do Mato Grosso Sul, denunciará as inúmeras violências e violações contra seu povo.

Água – A água é o tema central da Campanha. Mas por que essa escolha? O Cerrado é conhecido como a “caixa d’água do Brasil” e “berço das águas”, pois é neste espaço territorial onde nascem as três maiores bacias hidrográficas da América do Sul, Amazônica/Tocantins, São Francisco e Prata. “Nós dependemos de água para viver. 70% do nosso corpo é água”, ressalta Isolete. “Defender o Cerrado é preservar as águas, é preservar a vida e todos e todas são responsáveis por isso”, completa.

A Campanha – A campanha é promovida por 36 organizações, movimentos sociais, e entidades religiosas, como a CNBB. Esse grupo, em sintonia com povos e comunidades do Cerrado, tem olhado com preocupação para o bioma, que tem sofrido ações devastadoras nos últimos tempos, assim como as pessoas que vivem nesse espaço.

“A campanha tem várias dimensões. Uma primeira é dar visibilidade à presença da diversidade humana, cultural e natural do Cerrado. Outra é visibilizar a importância do

bioma para o conjunto da vida em outras regiões, isso quanto à questão da água, por exemplo. E, ainda, por outro lado, mostrar como tudo isso está em risco. Por isso não é só uma campanha dos povos e organizações do Cerrado, mas de todos brasileiros”, destaca Gilberto Vieira, membro do Conselho Indigenista Missionário (Cimi), organização que também compõe a Campanha.

Objetivos da Campanha – Pautar e conscientizar a sociedade, em nível nacional e internacional, sobre a importância do Cerrado e os impactos dos grandes projetos do agronegócio, da mineração e de infraestrutura; dar visibilidade à realidade das Comunidades e Povos do Cerrado, como representantes da sociobiodiversidade, conhecedores e guardiões do patrimônio ecológico e cultural dessa região; fortalecer a identidade dos Povos do Cerrado, envolvendo a população na defesa do bioma e na luta pelos seus direitos; e manter intercâmbio entre as comunidades dos Cerrados brasileiros com as comunidades de Moçambique, na África, impactadas pelos projetos do Programa Pró-Savana.

---

### **Inkra capacita servidores para integração de cadastros fundiário e tributário em Belém. INCRA, 27/09/2016.**

A Superintendência Regional do Incra no Pará - SR(01), com sede em Belém, realizou capacitação sobre normas e procedimentos do cadastro de imóveis rurais, no período de 19 a 23 de setembro, na capital paraense.

Servidores da autarquia e das Unidades Municipais de Cadastro (UMC) - responsáveis pelo atendimento ao público - participaram do curso que teve como foco a atualização cadastral de imóveis rurais e os procedimentos preparatórios, atualmente em curso, de integração do Sistema Nacional de Cadastro Rural (SNCR), administrado pelo Instituto, e do Cadastro de Imóveis Rurais (Cafir) da Secretaria da Receita Federal (RF).

A responsável pelo Serviço de Cadastro Rural da SR(01), Regina Amaral, explicou que a capacitação faz parte da meta anual da superintendência regional. Neste ano, além de proporcionar um fórum de discussão sobre a realidade de cada município relativo ao cadastro rural, o treinamento preparou os servidores das prefeituras para as mudanças que estão sendo realizadas pelo Governo Federal para a integração entre as bases de

dados fundiária e tributária com o objetivo de implantação de sistema único, o Cadastro Nacional de Imóveis Rurais (CNIR).

A vinculação definitiva dos dados cadastrais é o primeiro para essa unificação. Os proprietários com área acima de 50 hectares têm prazo até 1º de dezembro de 2016 para atualizar o cadastro de sua área e vincular o código do imóvel na Receita Federal (NIRF) ao código do Incra. A atualização é realizada eletronicamente na Declaração para Cadastro Rural - [acesse aqui](#) - ou presencialmente em uma UMC. A falta da vinculação nos cadastros a partir de 1º de janeiro de 2017 sujeitará o imóvel rural à situação de pendência cadastral no Cafir e à inibição da emissão do Certificado de Cadastro de Imóvel Rural (CCIR).

Outra mudança que os servidores das UMCs passaram a lidar foi quanto ao pagamento da taxa de serviços cadastrais do CCIR, que, a partir de 15 setembro deste ano, passou a ser feita exclusivamente nas agências e postos de atendimento do Banco do Brasil por meio de Guia de Recolhimento da União Simples (GRU-Simples). No [portal Cadastro Rural](#), resultado da parceria entre o Incra e a Secretaria da Receita Federal, os proprietários e posseiros de imóveis rurais encontram informações e serviços prestados pelos órgãos fundiário e tributário.

### **Rede de atendimento**

As Unidades Municipais de Cadastramento das prefeituras conveniadas com o Incra são órgãos de atendimento e orientação sobre cadastramento de imóveis rurais e emissão do Certificado de Cadastro do Imóvel Rural (CCIR), documento indispensável para realização de diversas transações imobiliárias, entre elas, transmissão por venda, desmembramento, herança e financiamentos bancários.

Na região nordeste do Pará, das 40 prefeituras que já assinaram termos de cooperação técnica para implantação da Unidade Municipal de Cadastro, 20 já indicaram servidores para a implantação do serviço.

---

### **Acordo do Clima torna urgente a busca de recursos. Janice Kiss. Valor Econômico, 28/09/2016.**

A necessidade de diminuir o impacto ambiental nas atividades econômicas se tornou

mais urgente do que nunca tendo em vista as metas traçadas pelo Acordo do Paris, documento resultante da Conferência do Clima de Paris (CoP-21). O compromisso dos países que assinaram o tratado, como o Brasil, é manter o aumento da temperatura média global em menos de 2° C acima dos níveis pré-industriais, com o esforço de limitar essa elevação a 1,5° C.

De certa maneira, esse mapa para a localização dos recursos já tem meio caminho andado. Segundo André Nahur, coordenador do Programa de Mudanças Climáticas e Energia do WWF-Brasil, existem 91 fundos disponíveis (74% deles são multilaterais, formados pela contribuição de vários países) conforme contabilizou a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OECD, na sigla em inglês).

A origem deles também é diversa com financiamentos que podem ou não ser reembolsáveis, de participação private equity, de capital de risco, por meio de incentivos econômicos, fiscais, tributários e de crédito, entre outros. "É preciso considerar como investimento e não custo esses fundos direcionados para mudanças climáticas", diz Nahur. Segundo ele, o Fundo Verde do Clima, o mais conhecido deles, tem US\$ 100 bilhões de recursos disponíveis. Desse total, apenas 10% foram utilizados para programas de mitigação e adaptação. "Precisamos de bons projetos para acessar esses recursos", diz.

Semelhante aos outros palestrantes da conferência, André Nahur reforça a urgência na diminuição de gases-estufa na atmosfera e o aumento da resiliência às mudanças do clima. E comenta sobre os percalços que a agricultura já enfrenta no país, com secas e chuvas extremas que, entre outros estragos, afeta a produção de alimentos. O estudo Impactos das Mudanças Climáticas na Produção Agrícola Brasileira, publicado em 2008, pela Embrapa, aponta que os reveses no clima causarão perdas de US\$ 5 bilhões no campo até 2020. O café arábica é uma das culturas mais vulneráveis. A pesquisa indica a migração dos cafezais - Minas Gerais é o maior produtor - para o Sul do país, em busca de temperaturas menos quentes.

Katherina Elias-Trostmann, analista de pesquisa, vulnerabilidade e adaptação da WRI-Brasil, avalia a necessidade de as empresas e o governo aplicarem uma "lente cliente climática sobre suas atividades e políticas públicas". Para ela, o mundo não tem mais a chance de fracassar. A conclusão é baseada no trabalho The Global Risks Report 2016, do Fórum Econômico Mundial, sobre os três riscos grandes riscos nessa área: não implantar a tempo as medidas (adaptação e mitigação) aliadas ao clima, imigração

provocada pelo aquecimento das temperaturas e crise hídrica. "Basta lembrar a seca do Estado de São Paulo que atingiu 15 milhões de pessoas".

A pesquisadora aponta para a necessidade de programas de adaptação climática, como o lançado pelo Ministério do Meio Ambiente no primeiro semestre. O plano é composto por ações voltadas para agricultura, recursos hídricos, segurança alimentar e nutricional, biodiversidade, cidades, gestão de risco aos desastres, indústria e mineração, infraestrutura, povos e populações vulneráveis, saúde e zonas costeiras.

---

### **Juventude rural paranaense em ação. CONTAG, 28/09/2016.**

O coletivo de Jovens da FETAEP esteve reunido neste mês de setembro em Curitiba traçando e planejando ações para o futuro. O grupo, que contou com a presença de aproximadamente 40 participantes, debateu temas importantes com vistas à sucessão rural. Entre eles, o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF) e suas linhas de crédito, o Programa Nacional de Crédito Fundiário (PNCF) e também a palestra "Alternativas de Renda e Diversificação de Produtos para a Agricultura Familiar".

Além de focar as discussões em torno da sucessão rural, o coletivo também salientou a importância da participação da juventude no Movimento Sindical e também na política. Para tal, destacou a necessidade de estarem constantemente se atualizando e estudando a fim de buscarem conteúdo. "Queremos ver o jovem atuante e focado em buscar melhorias à categoria lá no seu município, afinal temos como projeto melhorar a vida da família rural lá na propriedade, da porteira para dentro", afirma o secretário de Juventude Rural, Alexandre Leal.

O coletivo também planejou ações futuras, como a produção de uma cartilha voltada aos interesses da juventude, o 3º Festival Estadual e o 4º Festival Nacional da Juventude Rural. Os dois dias de trabalho foram acompanhados pela dupla sertaneja Bruno e Diego que, nos momentos de intervalo, ficaram responsáveis por animar os participantes com músicas que valorizam a vida e o trabalho no campo.

---

**Cadastro Rural: Prazo final vai até 31 de dezembro, alerta FPA. ABAG, 28/09/2016.**

Os produtores rurais têm até o dia 31 de dezembro deste ano para cadastrar seus imóveis no novo Sistema Nacional de Cadastro Rural (SNCR), que resultou da junção do Cadastro de Imóveis Rurais (Cafir) e do Cadastro Nacional de Imóveis Rurais (CNIR). A medida vale para as propriedades com área maior que 50 hectares. O alerta é da Frente Parlamentar da Agropecuária (FPA) que teve o seu pedido atendido pela Casa Civil da Presidência da República no sentido de prorrogar o prazo do novo cadastro.

Recorda-se que a Instrução Normativa nº 1.581, publicada dia 17/08/15, teve a finalidade de integrar os dois sistemas: o do Incra com o da Secretaria da Receita Federal. Contudo, fixava prazos exíguos, assim mesmo com diferentes datas para diferentes tamanhos de propriedade. Como esses cadastros exigem procedimentos excessivamente burocráticos, com análises de documentos e certidões apresentadas fisicamente pelos proprietários, seria praticamente impossível cumprir o prazo anteriormente fixado, daí a prorrogação.

A área técnica da FPA entende que a integração dos dois sistemas cadastrais, que resultou no novo sistema, deve mesmo facilitar a vida do produtor rural. No entanto, chama a atenção do proprietário para o seguinte: o prazo final para a atualização cadastral é 31 de dezembro de 2016. A não realização do cadastro sujeita o imóvel rural, a partir de 1º de janeiro de 2017, à situação de pendência cadastral no Cafir e à seleção no SNCR “para fins de inibição da emissão do CCIR”.

---

**Comissão Pedagógica Nacional do Pronera analisa propostas de novos cursos. INCRA, 29/09/2016.**

Integrantes da Comissão Pedagógica Nacional (CPN) do Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (Pronera) participam, nesta quinta (29) e sexta-feira (30),

em Brasília (DF), da terceira reunião ordinária deste ano com objetivo de avaliar e aprovar novos cursos para públicos atendidos pelo Incra – a exemplo de acampados, assentados e quilombolas.

A restrição orçamentária determinada a todos os órgãos federais pelo Poder Executivo, como forma de equilibrar as contas públicas, foi a principal dificuldade para aprovação de novos cursos apontada pelos participantes da reunião, entre os quais servidores do Incra, professores universitários e de institutos federais de educação, além de representantes de movimentos sociais.

O representante da Diretoria de Desenvolvimento de Projetos de Assentamento do Incra, César Aldrighi, afirmou, na abertura do encontro, que a direção da autarquia está buscando formas de viabilizar tanto a execução dos cursos existentes, como a implantação de novos. “A manutenção e melhoria no Pronera é um sentimento arraigado no Incra, pois os resultados obtidos na educação e qualificação do público atendido deixam claro que estamos no caminho certo. As dificuldades podem ser superadas pela união do Incra, instituições de ensino e movimentos sociais”, disse Aldrighi.

Para o coordenador Geral de Educação do Campo e Cidadania do Incra, Iradel Freitas da Costa, o desenvolvimento do campo e a educação devem andar juntas. “A agricultura familiar só vai se desenvolver se a população rural tiver conhecimento, educação acessível e de qualidade. Com as parcerias entre Incra, universidades e público atendido o Pronera vai evoluir mais ainda”, assegurou Costa, que é agricultor familiar e professor licenciado de escola no assentamento Barreiro – localizado no município de Limeira do Oeste (MG).

O professor da Universidade Federal da Paraíba (UFPB) Jonas Duarte destacou a importância do Pronera para o interior do Brasil e acrescentou que os profissionais presentes à reunião estão pensando no que é melhor para a educação no campo e a reforma agrária. Já o professor da Universidade de Brasília (UnB) Rafael Villas Bôas comentou que a educação no campo consegue estabelecer vínculos fortes entre as instituições de ensino e os movimentos sociais.

O representante do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), Edgar Kolling, fez um resgate histórico da atuação dos movimentos sociais na defesa de uma



educação no campo de qualidade e inclusiva. “Historicamente a força do Pronera, da educação no campo, está na quantidade de estudantes participantes do Programa, viabilizado pelas parcerias do governo com universidades e movimentos sociais”, ressaltou.

### **Pronera**

Nos seus 18 anos de existência, o Pronera já atendeu 167,6 mil alunos na Educação de Jovens e Adultos (EJA) e formou 9,1 mil no Ensino Médio. Também graduou no Ensino Superior 5,3 mil pessoas, viabilizou cursos de especialização a 1,7 mil graduados, além de pós-graduação em Residência Agrária a outras 1,5 mil pessoas.

### **CPN**

A Comissão Pedagógica Nacional – composta por 40 representantes de movimentos sociais e sindicais do campo, de universidades públicas e do Inca – coordena as atividades didático-pedagógicas do Pronera, definindo e propondo indicadores de desempenho e instrumentos de avaliação dos cursos, além de apoiar e orientar os colegiados executivos estaduais.

São ainda atribuições da Comissão emitir parecer técnico-pedagógico dos projetos, avaliar e acompanhar em conjunto com as superintendências regionais do Inca as ações do Pronera nos estados. Outra tarefa importante é a articulação de parcerias para ampliar e implementar cursos do Programa.

---

**“Nós temos que lutar, para defender a água, a vida e o nosso território”. Site do MST, 30/09/2016.**

“Sem Cerrado, sem água, sem vida”: campanha nacional em defesa do Cerrado é lançada em Brasília

A Campanha Nacional em Defesa do Cerrado, que tem como tema “Cerrado, Berço das Águas: Sem Cerrado, Sem Água, Sem Vida”, foi lançada durante coletiva de imprensa, nesta terça-feira (27), na sede da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), em Brasília. A atividade serviu para apresentar a campanha e debater os riscos que o avanço de grandes projetos e setores econômicos agressivos, como o agronegócio e a

mineração, causam aos povos e comunidades tradicionais deste bioma e ao meio ambiente.

Na ocasião do lançamento, foi apresentado também o site da Campanha Nacional em Defesa do Cerrado, que pode ser acessado no endereço [www.semcerrado.org.br](http://www.semcerrado.org.br). No endereço, será possível acessar os materiais e assinar um boletim para acompanhar as novidades da articulação e apoiar a campanha.

Particular por sua riqueza e sua diversidade e conhecido como “Berço das Águas”, a importância do Cerrado permanece desconhecida por grande parte das pessoas no restante do Brasil. Abrangendo 22% do território nacional, é no Cerrado que se situam os aquíferos do Guarani, Bambuí e Urucuaia, responsáveis pelo abastecimento de grandes bacias hidrográficas, como a do Araguaia-Tocantins, São Francisco e Paraná.

O bioma que incide sobre os estados de Goiás, Tocantins, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Minas Gerais, Bahia, Maranhão, Piauí, Rondônia, São Paulo e Distrito Federal, além de faixas nos estados do Amapá, Paraná e Pará, abriga mais de 12 mil espécies de plantas catalogadas, quase a metade das quais exclusivas da região.

Além da riqueza de flora e fauna, o Cerrado é a casa de pelo menos 80 povos indígenas, além de dezenas de outros povos e comunidades tradicionais, que mantêm uma relação especial de integração e pertencimento com seus territórios ao longo deste bioma.

A pressão do agronegócio sobre o Cerrado, entretanto, coloca sob ataque os territórios dos povos indígenas e das comunidades tradicionais, ameaça diversas espécies animais e vegetais e põe seu papel de “caixa d’água do Brasil” em risco, sendo esta uma das motivações para a ênfase da campanha na questão hídrica.

“A água está sendo cada vez mais transformada numa mercadoria. A água não tem valor econômico, para as comunidades, para os povos e para nós, humanos, ela é um recurso que a gente utiliza. Mas sabemos muito bem que no Brasil, e não só nele, a disputa pelo território é também a disputa pela água”, afirmou Isolete Wichinieski, da Comissão Pastoral da Terra (CPT), uma das 36 entidades, entre movimentos sociais, organizações e entidades religiosas, que participam da Campanha, inclusive o Cimi.

**“Não é a natureza que faz parte da nossa vida, nós é que fazemos parte dela”**

Ainda que a pressão sobre as comunidades e povos do Cerrado advinha de um mesmo modelo de desenvolvimento econômico, ela é sentida e vivenciada de formas diferentes ao longo de seu extenso e diverso cenário.

Elson Canteiro Guarani Kaiowa (foto acima), liderança do tekoha – lugar onde se é – Kunumi Vera, no Mato Grosso do Sul, falou durante o evento sobre a realidade enfrentada pelos Guarani e Kaiowá naquele estado, marcada por ataques paramilitares e mesmo ataques químicos com agrotóxicos contra as comunidades indígenas.

“O nosso cerrado, no Mato Grosso do Sul, está totalmente destruído, devido ao avanço dos invasores do agronegócio sobre as terras indígenas. Temos sofrido muitos ataques e, além de termos pouca mata que ainda resta, ela continua sendo destruída, e isso nos prejudica muito, porque muitas comunidades indígenas ficam impedidas de utilizar os remédios tradicionais”, afirmou Elson, que vive na retomada onde, em junho de 2016, um indígena foi morto e pelo menos outros seis foram feridos a tiros durante o Massacre de Caarapó.

“Nós respeitamos a natureza porque para nós, indígenas, não é a natureza que faz parte da nossa vida, nós é que fazemos parte da vida da natureza”, sintetizou o Kaiowá.

Pedro Piauí, camponês do município de Campos Lindos, no Tocantins, ressaltou o fato de que as investidas sobre o Cerrado e os territórios dos povos e comunidades tradicionais serão sentidas também nas cidades. “Além da comida com veneno, vai faltar água. Nós sabemos que o governo quer lucro, ele não quer vida. Ele quer privatizar todas as coisas que são bens de todos. Aí falam em desenvolvimento, mas eu pergunto: que desenvolvimento é esse, que acaba com a família, com a caça, com a água, com a sua vegetação natural?”, questionou. A antropóloga Mônica Nogueira, da Faculdade UnB Planaltina, ressalta a força que têm tido os povos indígenas e as comunidades tradicionais na defesa do Cerrado.

“Infelizmente, essa é uma região ainda bastante desconhecida, quando não inferiorizada, e por consequência os seus povos também. Há uma dificuldade de reconhecer a identidade desses povos. Há quem diga que isso pode ser um eco, ainda, da nossa história de colonização, em que os interiores do país sempre foram vistos como um ‘sertão’, em oposição ao litoral, que seria o espaço da nova civilização brasileira emergente, enquanto o sertão seria um lugar de bárbaros, selvagem, que deveria ser dominado e colonizado”, problematiza a antropóloga.

## **Matopiba, a expansão da fronteira agrícola sobre o Cerrado**

O desmatamento e o desaparecimento cada vez mais intenso de rios e nascentes – uma média de dez por ano, conforme destacam os materiais da Campanha – são algumas das consequências já sentidas no Cerrado em função da recente expansão do agronegócio na região. Estas situações podem ser agravadas ainda mais pelo programa Matopiba, um plano de expansão da fronteira agrícola sobre o Cerrado, capitaneado pelo governo federal e criado ainda sob a gestão de Kátia Abreu no Ministério da Agricultura.

Na área de 73 milhões de hectares abrangidos pelo programa nos estados do Maranhão, Tocantins, Piauí e Bahia, existem 28 terras indígenas, 42 unidades de conservação ambiental, 865 assentamentos rurais e 34 territórios quilombolas – sem contar os territórios dos povos indígenas e quilombolas que ainda estão em processo de demarcação, titulação ou que poderiam servir para a reforma agrária, os quais o Matopiba pretende ceder para o agronegócio.

Definido pelos povos indígenas e comunidades tradicionais como um projeto de destruição, o Matopiba tem como um de seus principais atrativos aos investidores internacionais, justamente, a abundância de água para a irrigação de monoculturas voltadas à exportação.

“Sem água não tem vida pra nós, não tem vida pros animais, não tem vida pros orixás, porque eles também vivem da água”, afirma a quilombola Zilmar Pinto Mendes, do quilombo Charco, no município de São Vicente Férrer, integrante do Movimento Quilombola do Maranhão (Moquibom). “Nós temos que lutar, para defender a água, a vida e o nosso território”.

---

## **Publicado decreto que transfere Secretaria de Agricultura Familiar para a Casa Civil. FETRAF, 30/09/2016.**

*Decreto presidencial publicado no Diário Oficial da União de hoje (30) transfere a Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário para a Casa Civil*

Decreto presidencial publicado no Diário Oficial da União de hoje (30) transfere a Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário para a Casa Civil da Presidência da República. O mesmo decreto vincula o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) à Casa Civil por meio da Secretaria Especial. Ele prevê também a transferência da estrutura do Ministério do Desenvolvimento Agrário para a mesma secretaria.

Já as competências do ministério foram transferidas à Casa Civil. Entre elas, as relativas à reforma agrária; promoção do desenvolvimento sustentável junto aos agricultores familiares; e a delimitação e a determinação pelas demarcações das terras dos remanescentes das comunidades quilombolas.

“A CONTRAF BRASIL não concorda com a extinção do Ministério do Desenvolvimento Agrário, (antigo MDA), e continuará na luta pela recriação do órgão. Entendemos que essa medida do governo Temer foi muito grave, pois desconstrói todo um processo de desenvolvimento econômico. Apesar disso, achamos que a vinculação da SEAD e INCRA à Casa Civil foi menos prejudicial, caso tivesse sido vinculada ao Ministério do Desenvolvimento Social (MDS) ou Ministério da Agricultura (MAPA)”, explicou Marcos Rochinski, coordenador geral CONTRAF BRASIL.

---

### **'Houve endeusamento do pré-sal', diz Parente. Luciana Collet e Victor Aguiar. O Estado de São Paulo, 30/09/2016.**

Para o presidente de Petrobrás, houve uma "ideologização" da área do pré-sal, já que a companhia possui outros campos de boa qualidade em outras regiões

SÃO PAULO - O presidente da Petrobrás, Pedro Parente, afirmou nesta sexta-feira, 30, que, no passado, houve uma "ideologização" da área do pré-sal, mas que a companhia possui outros campos de boa qualidade em outras regiões.

"Houve um endeusamento do pré-sal", disse Parente, durante participação em evento promovido pela revista Exame, em São Paulo. "Vamos gerir de forma integrada,

Parente: 'houve uma idelogização do pré-Sal'

Parente também afirmou que a companhia irá promover políticas de preço de mercado, visando a maximização das margens na cadeia de valor, e que a Petrobrás irá se focar na

celebração de parcerias e desinvestimentos e otimizará seu portfólio de negócios, saindo gradualmente de áreas non-core.

"Nos próximos cinco anos, estaremos concentrados em óleo e gás. Mas, passado isso, poderemos nos voltar para outras fontes de energia mais alinhadas com as questões da sociedade", disse.

De acordo com o presidente da petroleira, as parcerias trazem várias vantagens para a Petrobrás, uma vez que desoneram investimentos e aumentam a capacidade de investimentos na cadeia como um todo. "Será possível levantar cerca de US\$ 40 bilhões, e vamos priorizar o segmento de águas profundas", afirmou.

Disciplina financeira. Pedro Parente também afirmou durante o evento que o atendimento das funções sociais não pode ser feito às custas da sobrevivência financeira da empresa.

"A disciplina financeira é fundamental", disse. "Por isso, uma de nossas visões de longo prazo é a que vamos cumprir nossa função social, mas sempre dando retorno".

Parente também afirmou que o uso da empresa para outras finalidades diferentes de sua função social causou diversos problemas à companhia. "O aparelhamento foi uma parte, mas a Petrobras também foi usada para outros fins", disse.

Questionado sobre quais seriam esses fins, Parente evitou dar mais explicações, mas citou a construção de refinarias no passado. "Num cenário em que se atua abaixo da paridade por um longo período, como a empresa pode decidir construir refinarias, independente do overpricing, uma em Pernambuco, outra no maranhão e outra no Ceará? Não é racionalidade econômica". afirmou.

---